
GEOPOLÍTICA E GEOESTRATÉGIA

– O Que São e Para Que Servem –

O presente artigo resulta de um estudo realizado pelo autor na sua qualidade de Conferencista e Colaborador do Instituto da Defesa Nacional, seleccionado para publicação na revista «Nação e Defesa».

Sumário:

A razão deste trabalho é apresentar alguns elementos de informação, assim como pontos de reflexão, que ajudem os leitores a formar, ou consolidar, ou, porventura, talvez mesmo em alguns casos, rectificar a sua própria opinião acerca da natureza e do interesse da Geopolítica e da Geoestratégia, tema cuja discussão se mantém e manterá em aberto por tempo indeterminado, mas que interessa não só ao estudo daquelas disciplinas, mas também ao dos assuntos da política em geral, e das relações internacionais em particular.

Numa primeira aproximação, tirando o sentido directamente da composição das palavras, poder-se-ia responder tratar-se de disciplinas que estudam as relações entre a Geografia e a Política quanto à primeira, e entre a Geografia e a Estratégia, quanto à segunda. Essa primeira aproximação não seria falsa, mas seria imprecisa. Questões fundamentais quanto à metodologia desse estudo, quanto à caracterização do seu âmbito e quanto à sua especificidade face a outras disciplinas afins, desde logo face à Geografia, à Política, e à Estratégia, que também se interessam por aquelas relações, ficariam por responder.

Raúl François Martins

GEPOLÍTICA E GEOESTRATÉGIA

– *O Que São e Para Que Servem* –

1. INTRODUÇÃO

Nenhuma das duas perguntas formuladas no título deste trabalho tem uma resposta consensualmente aceite. Para cada uma delas existem diversas respostas que dividem entre si os especialistas destas e de outras disciplinas afins. No entanto, essas respostas são cruciais para discutir a questão fundamental de se saber se haverá ou não necessidade delas entre as diversas disciplinas que estudam as questões sociais, bem como para estabelecer, no caso afirmativo, os respectivos âmbitos.

A favor da sua necessidade milita o facto de muitos ilustres autores, oriundos de áreas tão diversas como a Geografia, a História, a Ciência Política, as Relações Internacionais, e as Ciências Militares, desde o fim do século XIX, terem vindo a produzir obras que eles próprios, ou outros, consideram inserirem-se no domínio da Geopolítica. Porém, muitos outros também ilustres autores, desde essa época até hoje, vêm negando que elas sejam realmente necessárias.

A razão deste trabalho é apresentar alguns elementos de informação, assim como pontos de reflexão, que ajudem os eventuais leitores a formar, ou consolidar, ou, porventura, talvez mesmo em alguns casos, rectificar, a sua própria opinião acerca deste tema cuja discussão se mantém, e manterá, em aberto, por tempo indeterminado, mas que interessa não só ao estudo daquelas disciplinas, mas também ao dos assuntos da política em geral, e das relações internacionais em particular.

Numa primeira aproximação, tirando o sentido directamente da composição das palavras, poder-se-ia responder tratar-se de disciplinas que estudam as relações entre a Geografia e a Política quanto à primeira, e entre a Geografia e a Estratégia, quanto à segunda. Essa primeira aproximação não seria falsa, mas seria imprecisa. Questões fundamentais quanto à metodologia desse estudo, quanto à caracterização do seu âmbito e quanto à sua especificidade

face a outras disciplinas afins, desde logo à Geografia, à Política, e à Estratégia, que também se interessam por aquelas relações, ficariam por responder.

Na opinião do bem conhecido sociólogo brasileiro Josué de Castro ⁽¹⁾ a Geopolítica *«é uma disciplina científica que busca estabelecer as correlações existentes entre os factores geográficos e os fenómenos políticos, a fim de mostrar que as directivas políticas não têm sentido fora dos quadros geográficos (...) o que chamamos Geopolítica não é uma arte de acção política na luta entre os Estados, nem tampouco uma fórmula mágica de predizer a História, como queria Spengler. É apenas um método de interpretação da dinâmica dos fenómenos políticos em sua realidade espacial, com as suas raízes mergulhadas no solo ambiente»*. Esta afirmação, que pode ser considerada como resposta simultaneamente às duas perguntas formuladas no título deste trabalho, sugere desde logo a existência de diversos entendimentos para o que se poderá entender por Geopolítica, entendimentos de que Josué de Castro se distancia, apresentando a sua própria versão, e que se percebe inserirem-se em correntes deterministas, normativistas e programáticas (*«não é uma arte de acção política... nem fórmula mágica de predizer»*), enquanto a do autor que estamos a referir se insere claramente numa linha analista descritiva (*«É apenas um método de interpretação da dinâmica dos fenómenos»*).

Outros autores, como os contemporâneos Gallois, O'Sullivan, e Yves Lacoste, podem ajudar-nos a exemplificar as divergências também quanto ao âmbito, ou abrangência, atribuída à Geopolítica. Assim, enquanto Gallois ⁽²⁾ afirma que *«É o estudo das relações que existem entre a conduta de uma política de Poder no plano internacional, e o quadro geográfico em que se exerce»*, dando a entender respeitar apenas à prática da política de Poder e só nas relações internacionais (entre Estados ou com estes como agentes decisivos), já para O'Sullivan ⁽³⁾ *«A Geopolítica (...) estuda a geografia das relações entre os detentores do Poder, sejam eles chefes de Estado ou das organizações transnacionais»*, tratando-se, portanto, também das relações não estatais, embora ainda centrando-se no campo das relações externas, enquanto que para

(1) CASTRO, Josué de, «Geopolítica da Fome», 6.^a edição, S. Paulo, Editora Brasileira, 1961, pag. 27.

(2) GALLOIS, Pierre, «Geopolitique, les voies de la Puissance», Fondation des études de Défense National, PLON, Paris, 1990, pag. 37.

(3) SULLIVAN, P.O., «Geopolitics», 1986, citado em «La Geopolitique est-elle une science?», artigo de Franck Debié, na revista «Stratégique», pag. 58.

Yves Lacoste ⁽⁴⁾ no âmbito da Geopolítica inserem-se igualmente determinados aspectos das políticas internas. Conforme escreve *«os problemas geopolíticos não se põem apenas ao nível das relações inter Estados, mas também no quadro de cada Estado. Eles são, com evidência, particularmente graves nos Estados que agrupam diversas nacionalidades ou etnias mais ou menos rivais (...) Mas os Estados cuja unidade política e cultural é relativamente forte apresentam, eles também, problemas geopolíticos internos, por exemplo os da regionalização. A geografia eleitoral, isto é, a descrição e explicação da diferenciação espacial das tendências políticas, releva também de razões geopolíticas»*.

A este respeito, os professores Harold e Margaret Sprout ⁽⁵⁾ afirmam que as análises geopolíticas *«podem servir propósitos de pesquisa contemplativa ou de intervenção política (policy-making) e propaganda, e que qualquer que seja o declarado interesse dos autores (...) (os seus escritos geopolíticos) têm servido ambas as espécies de propósitos»*. No mesmo sentido, a de que será intrínseco ao pensamento geopolítico uma dimensão simultaneamente instrumental e instrumentalizável, pode entender-se a afirmação de R. Aron ⁽⁶⁾ *«A posição geográfica influi indirectamente sobre a política externa de um país, na medida em que serve de instrumento para determinar modos de pensar e sistemas políticos»*. O texto de Josué de Castro que citámos há pouco parece-nos também referir, embora em parte de forma implícita, a existência destas duas, ou mais exactamente, três vertentes da utilidade da Geopolítica, a da análise descomprometida, a da intervenção política, e a da propaganda.

Tanto a dimensão programática como a propagandística da Geopolítica foram enfatizadas pela «escola» de Munique, sobretudo a partir do momento em que esta passou a ser instrumentalizada pelo nacional socialismo de Hitler (1936). Desse facto, de forma talvez excessiva, já que outras disciplinas como a História e a Biologia não foram menos instrumentalizadas pelos nazis, e, por outro lado, o pensamento geopolítico de antes da segunda guerra mundial de modo algum se limitava ao pensamento alemão, resultou que a palavra

(4) LACOSTE, Yves, «Géographie et Géopolitique», pag. 292 (colaboração no livro «Espaces, jeux et enjeux», coordenado por Franck Auriac e Roger Brunet, edição Fayard, Fondation Diderot, 1986).

(5) SPROUT, Harold e Margaret, «Geography and International Politics in revolutionary change», Journal of conflict resolution, IV, n.º 1, pag. 152, citado por Saul Cohen em «Geography and Politics in a World divided», 2.ª edição, 1973, pag. 29.

(6) ARON, Raymond: «Conflicto y guerra desde el punto de vista de la sociología histórica», Editorial Tecnos, 1963, pag. 251.

«geopolítica» tivesse sido proscrita na maior parte dos meios académicos, e, com a notável excepção da América do Sul, assim se mantivesse durante muito tempo. Ainda hoje, apesar de uma crescente recuperação de credibilidade ⁽⁷⁾, a geopolítica é encarada com maior ou menor desconfiança por muitos autores do âmbito quer da Geografia, quer da Ciência Política, quer mesmo da ainda jovem disciplina das Relações Internacionais.

Porém, apesar da Geopolítica, conforme constataram os Sprout, não poder nunca deixar de ser também programática para além de esclarecedora, e de poder sempre ser instrumentalizada de forma a servir fins de propaganda, o que aliás também acontece com outras disciplinas afins como a História, a Ciência Política, a Estratégia, a utilidade da sua dimensão propriamente analítica chamou desde sempre a atenção de estudiosos, analistas, e políticos. É bem conhecida e muitas vezes citada a frase de Napoleão «*A Política dos Estados está na sua Geografia*», a qual não difere muito da constatação que, nos nossos dias, faz François Joyaux ⁽⁸⁾, quando afirma que «*A Geografia não permite apenas compreender as políticas tais como elas se elaboram, mas também tais como elas se manifestam*», abrangendo nesta sua afirmação tanto o processo decisório como a sua implementação. Mais uma vez, na citação que fizemos de Josué de Castro, homem de esquerda, escritor dos anos cinquenta, altura em que era preciso alguma coragem intelectual para reconhecer valia científica à Geopolítica, podemos encontrar também a constatação da importância da dimensão analítica daquela disciplina, tanto no que se refere à dinâmica dos fenómenos políticos, como no que respeita às directivas políticas, que vai ao ponto de afirmar «não terem sentido fora dos quadros geográficos».

A análise geopolítica não será, talvez, em si mesma, muito diferente de outras formas de analisar os acontecimentos políticos, sobretudo das que se inserem na corrente das tendências realistas, nas quais, como na Geopolítica, interesses e relações de Poder constituem elementos centrais para as hipóteses explicativas. Difere delas, porém, na perspectiva dominante, a qual, partindo sempre da situação geográfica, esclarecida pela respectiva dimensão histórica, tende a ver acontecimentos, actores, comportamentos, projectados no espaço geográfico em função do tempo. Neles próprios, os actores, os objectivos, os

⁽⁷⁾ Nos anos setenta, a utilização frequente da palavra «geopolítica» por alguns destacados teorizadores e políticos, como por exemplo, Kissinger, marca um ponto de viragem nessa situação.

⁽⁸⁾ JOYAUX, François: «Géopolitique de l'Extrême Orient», éditions Complexe, citado na revista «Stratégique» 49, pag 338.

comportamentos e os acontecimentos, são efectivamente os mesmos que outras formas de análise contemplam, dedicando a Geopolítica a sua atenção aos mesmos factores, sociais, económicos, políticos, estratégicos, militares e, naturalmente, também geográficos, que são utilizados nas outras formas de analisar os factos. Mas a perspectiva própria da Geopolítica dá, entre esses factores, um papel de primeiro plano à Geografia, que não só é trabalhada como um dos mais importantes, como também subjaz à discriminação, valorização relativa, e selecção, dos aspectos considerados pertinentes em cada um dos outros factores, e ainda no entendimento do modo como cada um deles intervém nos acontecimentos, já que a Geografia que interessa à Geopolítica não é apenas a Geografia física, mas sim a Geografia humana, isto é, uma concepção da Geografia que reúne e integra todos aqueles outros factores.

Certamente será discutível pensar-se que a Geopolítica tenha capacidade para explicar completamente todos os comportamentos políticos, e errado que possa prevêê-los com exactidão, mas poder-se-à afirmar com boas razões que a análise geopolítica constituirá um bom complemento ou uma valiosa alternativa para outras formas de análise, tanto quanto à descrição, interpretação e explicação das situações, como quanto à determinação das tendências evolutivas dos fenómenos políticos, sobretudo quando se estudem os longos prazos. Para alguns autores e analistas, a perspectiva geopolítica, que poderá utilizar algum, ou alguns, dos vários métodos da Geografia Política (Hawthorn descreve quatro, aos quais Saul Cohen acrescenta mais dois ⁽⁹⁾) constituirá mesmo a forma privilegiada, a que melhor permite perceber, e explicar, determinados acontecimentos políticos, e que, pela relativa permanência dos factores geográficos, empresta às sempre falíveis mas indispensáveis prospectivas mais probabilidades de acerto.

A caracterização da análise geopolítica e da sua perspectiva específica é o objecto de todo um capítulo de um livro de Saul Cohen ⁽¹⁰⁾. Nele afirma que a análise geopolítica tem dois aspectos principais, o da descrição dos ambientes ou suportes geográficos na sua relação com o Poder Político, e o da elaboração de padrões territoriais que abranjam unidades de Poder em interacção. Seguidamente cita Mackinder para referir a variação das perspectivas geopolíticas ao longo dos tempos, e foca a sua atenção sobre um dos aspectos que as caracterizam, o da diferenciação geográfica dos grandes polos

(9) COHEN, Saul Bernard: «Geografia y Política en un Mundo dividido», ediciones ejército, 1980, 1.º capítulo.

(10) COHEN, idem, 2.º capítulo.

ou blocos de Poder a nível global, tendo em conta a respectiva hierarquia, ou seja, segundo a sua expressão que foi também a utilizada por James Fairgrieve ⁽¹¹⁾, a diferenciação entre «O Mundo que conta» e o que não conta. Conforme escreve ⁽¹²⁾, *«Até ao fim do século XIX, os maiores blocos de Poder eram associações de impérios baseados na Europa. O coração do Poder mundial residia numa área comprimida – o território mediterrâneo e europeu influenciado pelo mar. Durante mais de três mil anos os nódulos desse Poder foram pontos ou áreas como a Mesopotâmia, o Nilo, a Pérsia ocidental, a Hélada, Cartago, Roma, Bizâncio, Bagdad, Espanha, Portugal, França, Inglaterra e Alemanha. Este era «o mundo que contava».*

Um outro aspecto da especificidade das perspectivas geopolíticas, este dizendo respeito à forma de perceber e representar o espaço nas respectivas análises, aparece-nos claramente explicitado num texto de Raymond Aron ⁽¹³⁾. Conforme escreve *«o espaço pode ser considerado, à vez, como meio, teatro, e objecto de disputa da política internacional (...) A distinção (...) entre meio e teatro exige algumas explicações. A Geografia humana descreve as sociedades sobre um solo, sob um dado clima (...) O meio que estuda e define é ao mesmo tempo natural e histórico, é concretamente definido, comporta todos os traços que os especialistas da fauna, flora, dos terrenos, dos climas, conseguem distinguir e o sábio julgue significativos. Considerado como teatro, o espaço não é concreto mas por assim dizer, abstracto, e simplificado, estilizado, esquematizado pelo observador (...) o planeta, teatro das relações internacionais, é definido apenas pelas qualidades que os actores da política internacional devem ter em conta. É na medida em que o espaço planetário pode ser concebido como o quadro esquemático da política internacional que a geopolítica oferece uma perspectiva original e fascinante sobre a história diplomática (...) O geopolítico vê no meio geográfico o terreno do jogo diplomático e militar. O meio simplifica-se num quadro abstracto, as populações transformam-se em actores, aparecem e desaparecem sobre a cena do mundo (...) as linhas de expansão, como as ameaças à Segurança, são desenhadas antecipadamente sobre a carta do Globo (...) A Geopolítica combina uma esquematização geográfica das relações diplomático-estratégicas com uma análise geográfico-económica dos recursos, com uma interpre-*

⁽¹¹⁾ COHEN, idem, pag. 73.

⁽¹²⁾ COHEN, idem, pag. 72.

⁽¹³⁾ ARON, Raymond: «Paix et Guerre entre les Nations», Calman-Lèvy, 1962, 7.ª edição, 1975, pag. 188/189 e 196/197.

tação das atitudes diplomáticas em função do modo de vida e do meio (sedentários, nómadas, terrestres, marítimos)».

A estes dois aspectos das perspectivas geopolíticas, isto é, o da diferenciação espacial hierarquizada dos blocos de Poder, exemplificado na ideia do «mundo que conta», e o da abstracção do espaço considerado como teatro, poder-se-à acrescentar uma forma específica de analisar os factores do Poder. Estes, conforme já assinalámos, são considerados do ponto de vista geográfico, isto é, da sua variação no espaço, sendo dado natural prevalência aos factores da Geografia física, e, nestes, aos aspectos «posição», «extensão», e «relevo», sendo também estudados, mas em função dos anteriores, os do «clima» e da «fertilidade dos solos».

De entre os aspectos ligados aos factores sociais aparecem sempre destacados os demográficos e os etno-culturais. De entre os ligados aos factores económicos são em regra destacados os tecnológicos, os da produtividade industrial, os dos transportes, e os dos recursos naturais, em especial os necessários à produção de energia. Quanto aos factores políticos, é naturalmente concedida a maior importância aos aspectos directamente relacionados com a geração e aplicação do Poder, assim como às actividades estratégicas e diplomáticas. Os factores militares são sempre considerados com particular atenção.

Estes factores, hierarquizados, organizados em função da sua dimensão geográfica, são estudados nos vários níveis de análise, o nacional, o regional, e o mundial, a que correspondem diferentes escalas geográficas. Os resultados desses estudos são integrados, permitindo diferenciar no espaço as capacidades dos diversos agentes para influenciarem os acontecimentos (a perspectiva do «mundo que conta»), tudo sendo simplificado e projectado num espaço abstracto (o «teatro»), onde as grandes linhas dos conflitos, das forças, das tendências, são inscritas segundo modelos de análise. Esses modelos, específicos de cada teoria, materializam, cada um a seu modo, a perspectiva geopolítica.

Para aprofundar um pouco alguns destes aspectos agora apenas aflorados a propósito das duas questões que titulam este trabalho, propomo-nos prosseguir começando por discutir um pouco mais os conceitos de Geopolítica e Geoestratégia, bem como a sua conexão com os que lhe são muito próximos, de Geografia Política e de Estratégia. Tentarei depois uma sumariíssima referência a algumas das principais teorias de entre as que têm contribuído para constituir o acervo de conceitos e hipóteses característicos da Geopolítica, a qual tentaremos organizar segundo dois paradigmas, que designaremos por

«dos grandes espaços» e «da oposição mar-terra». São dois paradigmas que nos parecem subjacentes cada um deles a uma parte dos diversíssimos modelos propostos pelos diferentes autores para explicarem as situações concretas do sistema e subsistemas das relações internacionais, bem como, para alguns, também de determinadas relações políticas internas. Estes dois paradigmas distinguem-se fundamentalmente pela forma como neles são aplicados os três aspectos da Geografia física mais relevantes nas análises geopolíticas, isto é, a extensão, o relevo, a posição. No primeiro, a extensão e o relevo adquirem maior importância relativa na elaboração dos respectivos modelos, ao contrário do que se passa com o segundo em que a maior importância relativa é atribuída à posição.

Dentro do primeiro paradigma distinguiremos duas subdivisões, ou dois sub-agrupamentos, consoante o que se nos afigura ser o critério principal subjacente à elaboração dos modelos dos respectivos teorizadores, num caso o político-económico, no outro o socio-cultural. Aproveitaremos a oportunidade da apresentação deste segundo sub-agrupamento para referir uma questão teórica importante na caracterização das teorias geopolíticas, até pelo menos à segunda guerra mundial, que é a que trata da natureza da influência que o meio natural exerce nos comportamentos políticos, questão essa que separa «deterministas» de «possibilistas». Como estes últimos estão ligados ao pensamento geopolítico francês do fim do século XIX, o qual, por sua vez, será englobado no subgrupo do paradigma dos «grandes espaços» subordinado ao critério socio-cultural, será nessa altura que esta questão será abordada.

Após a apresentação de alguns aspectos de algumas das principais teorias, agrupadas segundo os referidos paradigmas que nos parecem presidir à elaboração dos respectivos modelos de análise, terminaremos com breves considerações de carácter muito geral acerca de alguns aspectos da aplicação da análise geopolítica (e geoestratégica) ao sistema das relações internacionais após a segunda guerra mundial, procurando desse modo exemplificar, de forma necessariamente muito sumária, a sugestão da hipótese dos dois paradigmas, bem como da sua diferente adequação à interpretação das realidades, sempre mutáveis, que estruturaram as situações nos sistemas e subsistemas das relações internacionais.

2. DISCUSSÃO DOS CONCEITOS

A REALIDADE FACTUAL

Existe uma realidade factual que consiste na permanente interacção biunívoca entre os indivíduos, as comunidades por estes constituídas, e o meio ambiente natural onde se inserem. Estes três elementos evoluem juntos e inter influenciam-se. Neste conjunto, a Geografia aparece como fundamento do meio ambiente natural, sendo simultaneamente quadro, agente, objecto e instrumento no complexo de inter influências atrás referidas. Além disso, e este aspecto é frequentemente referido como argumento a favor da importância dos estudos geopolíticos, os factores geográficos são os de maior permanência entre os que actuam no referido complexo de inter influências.

AS DISCIPLINAS DO ESTUDO

Desde há muitos séculos, pelo menos desde a antiguidade clássica, que grandes personalidades da História do pensamento, entre as quais figuram nomes como os de Heródoto, Platão, Aristóteles, Plínio o velho, Estrabão, Ptolomeu, Maquiavel, Jean Bodin, Montesquieu, etc., no decurso dos seus trabalhos e na medida em que tal para eles se tornava necessário, têm procurado estudar o complexo de inter influências atrás referido, interrogando-se sobretudo acerca da natureza, importância e alcance das influências do meio ambiente natural sobre as características quer somáticas quer psicológicas dos seres humanos, assim como sobre a estruturação social e política, os usos e costumes, das comunidades por eles formadas.

No século XIX esse tipo de estudos aparece em quase todas as disciplinas em que se dividiam as ciências humanas, mas, no que concerne mais directamente à relação do meio ambiente natural com os comportamentos políticos, socio-políticos, e político-económicos, ganha maior relevância em disciplinas como a Geografia, a Ciência Política, e a Estratégia. Na transição do século XIX para o século XX, autonomiza-se numa especialização da Geografia, a Geografia política, numa nova área de estudos interdisciplinares, a Geopolítica, e no que por uns é entendido como subdivisão da Geopolítica, e por outros da Estratégia, a Geoestratégia. Deste modo, temos que o estudo das relações entre decisões e actos políticos por um lado, e o ambiente natural em que decorrem, por outro, se integra no âmbito destas

seis disciplinas, sendo que, para as três últimas, esse estudo constitui o seu próprio objecto.

Esta sobreposição de âmbitos conduz naturalmente a que diversos autores contestem a necessidade das novas disciplinas, havendo entre eles os que consideram todas três desnecessárias, e os que admitem apenas a validade da Geografia política, como especialização da Geografia, negando porém valia às outras duas. Por outro lado, conforme já referimos, a conotação da Geopolítica com a «escola» de Munique instrumentalizada pelo nazismo, leva a que alguns autores, embora em menor número hoje do que nos anos cinquenta e sessenta, não só neguem a necessidade da Geopolítica e da Geoestratégia como, mais ainda, as considerem pseudo ciências.

Apesar disso, muitos autores foram desenvolvendo estudos no âmbito daquelas disciplinas, os quais, de resto, como também já assinalámos, se têm vindo a multiplicar desde o final dos anos setenta. Entre os autores que reconhecem a importância da Geopolítica, porém, uma parte substancial não distingue dela a Geoestratégia, ou por não considerar importante fazê-lo, ou por considerar não haver diferença significativa entre ambas. Por outro lado, alguns autores, sobretudo entre os militares, entendem, como Lucien Poirier ⁽¹⁴⁾ ao afirmar que *«o espaço é uma das categorias usuais do pensamento estratégico (...) dizer geoestratégia é tautológico»*, não haver razão para autonomizar Geoestratégia de Estratégia. Finalmente, existem os autores que, como o geógrafo Yves Lacoste ou o militar Célèrier, afirmam a necessidade de ambas as disciplinas, procurando caracterizá-las e distingui-las entre si, assim como relativamente às que com elas tem maior afinidade, Geografia política quanto à Geopolítica, e esta e a Estratégia quanto à Geoestratégia.

A DISTINÇÃO ENTRE GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA

As quatro disciplinas que acabámos de mencionar são todas elas sincréticas, fazendo apelo a abordagens pluridisciplinares, onde os conhecimentos da Geografia humana interactuam com os da História, os da Política, os da Sociologia, os da Economia, e os das Ciências militares, na tentativa de perceber as complexas relações entre o meio ambiente natural e as comunidades humanas que nele interactuam. Reunindo elementos de tão variadas

(14) Segundo citação de Hervé Couteau-Bégarie, na revista *Stratégique* n.º 50 (2/91) pag. 10/11.

disciplinas, estas quatro distinguem-se entre si, desde logo, pelas diferenças quanto à importância relativa que para cada uma delas assumem os contributos vindos de outras fontes. Assim, é evidente que, por exemplo, para a Estratégia, e, embora com menor relevo, também para a Geoestratégia, terão muito maior importância os conhecimentos militares do que para a Geopolítica e, sobretudo, do que para a Geografia política. Pelo contrário, principalmente para esta, mas também para a Geopolítica e Geoestratégia, os conhecimentos da Geografia serão mais importantes do que o são para a Estratégia. Por outro lado, o grau de interdisciplinaridade também não é idêntico, sendo a Geografia política e a Estratégia disciplinas mais especializadas, enquanto a Geoestratégia e especialmente a Geopolítica são abertamente interdisciplinares.

A distinção entre estas disciplinas torna-se mais difícil, mas também mais esclarecedora, quando feita entre as que entre si estão mais próximas, isto é, entre a Geografia política e a Geopolítica por um lado, a Geopolítica e a Geoestratégia por outro, e a Geoestratégia e a Estratégia, por outro ainda. Será portanto a comparação entre os termos de cada um destes pares a metodologia adoptada, mas, para não alongar exageradamente esta exposição, limitar-nos-emos à simples apresentação de alguns dos respectivos critérios de distinção, acrescentando, no fim, sinteticamente, alguns elementos para uma configuração genérica dos conceitos de Geopolítica e de Geoestratégia.

A propósito da distinção entre Geografia política e Geopolítica, o professor Sousa Lara ⁽¹⁵⁾ apresenta três critérios. Segundo ele, a primeira seria claramente uma ciência descritiva, enquanto a segunda teria uma forte vocação programática. A Geografia política seria predominantemente sincrónica, isto é, tenderia a limitar as suas análises a um determinado segmento temporal, enquanto que a Geopolítica seria por essência diacrónica, isto é, analisando os acontecimentos segundo o vector tempo, do passado para o futuro. Finalmente, a primeira, apesar de fazer apelo a conhecimentos de outras disciplinas seria, antes de mais, uma divisão da Geografia, enquanto a segunda seria muito mais pluridisciplinar.

Estes critérios de distinção, embora não apresentados da mesma forma, encontram-se também em outros autores, entre os quais será possível encontrar ainda outros critérios, de que dois nos parece poderem complementar utilmente os três anteriores.

⁽¹⁵⁾ LARA, António de Sousa: «Geopolítica», ISCSP, 1981, reproduzido em extractos no texto de apoio CO-4200/20 do Instituto de Altos Estudos Militares, pag. 3-19.

O norte americano Kristoff⁽¹⁶⁾, por exemplo, afirma que *«a única diferença real entre Geografia política e Geopolítica está na ênfase, no foco da atenção. A Geografia política tende a focar a sua atenção nos fenómenos geográficos. A Geopolítica, pelo contrário, tende a focar-se nos fenómenos políticos e tenta dar uma interpretação geográfica e estudar os aspectos geográficos desses fenómenos»*. Isto é, se bem entendi a opinião de Kristoff, a Geografia política não seria senão o estudo da Geografia a partir de um ponto de vista político, enquanto que a Geopolítica seria o estudo da Política a partir de um ponto de vista geográfico.

Para o francês Pierre Célèrier⁽¹⁷⁾, a distinção faz-se ainda de outro modo. Para além de considerar estática, porque ligada a um momento dado, a Geografia política, e dinâmica, porque se preocupa com as evoluções e as possibilidades, a Geopolítica, o que se integra no critério do sincrónico versus diacrónico já apresentado, Célèrier refere ainda que, para a Geografia política *«as visões de conjunto (...) são mais justaposições do que sínteses»*, enquanto que a Geopolítica *«pelo contrário, esforça-se por ligar entre si os diversos factores determinantes em política (...) para chegar a uma síntese»*.

A DISTINÇÃO ENTRE GEOPOLÍTICA, GEOESTRATÉGIA, E ESTRATÉGIA

As distinções entre Geopolítica e Geoestratégia, e entre esta e a Estratégia, são menos frequentemente objecto da atenção dos especialistas do que as entre Geografia política e Geopolítica, talvez porque, para muitos deles, como referimos, a Geoestratégia será, ou Geopolítica, ou Estratégia. No entanto, entre os que autonomizam a Geoestratégia, é naturalmente possível encontrar alguns critérios de distinção.

Acerca da que possa existir entre Geopolítica e Geoestratégia, o critério mais comum é o de considerar que esta última tem a ver com os problemas estratégicos (situações de conflito e emprego de meios de coacção) no âmbito da Geopolítica, entendendo-a como uma espécie de sector desta, com a qual o relacionamento de certa forma reproduziria o que existe entre Política e Estratégia. Será, no fundo, o que terá querido dizer Célèrier ao escrever que

(16) KRISTOFF, Ladis: «The origins and evolution of Geopolitics», artigo publicado no vol. 4 (Março de 1960) do Journal of Conflict Resolution, conforme citação a pag. 11 da publicação «Geoestratégia, IAEM, 1982» do Instituto de Altos Estudos Militares.

(17) CÉLÉRIER, Pierre: «Géopolitique et Geostratégie», Presses universitaires de France, colecção «Que sais-je?» (1.ª edição 1955), 3.ª edição 1969, pag. 16/17.

«a Geoestratégia, irmã mais nova da Geopolítica, forma com ela um díptico homogêneo que oferece, tanto ao político como ao militar, um mesmo método de aproximação aos problemas necessariamente interligados do mundo actual (...) (ela trata) do estudo das relações entre os problemas estratégicos e os factores geográficos. Estes (...) são todos aqueles que vimos desempenhar um papel em Geopolítica» ⁽¹⁸⁾. No mesmo sentido vai o léxico de Geopolítica de Jacques Sopelsa ⁽¹⁹⁾ ao considerar que *«a Geoestratégia é o estudo das relações entre os problemas estratégicos e os factores geográficos. Com a Geopolítica, que completa, ela analisa assim as relações fundamentais que regem o mundo contemporâneo»*.

Quanto à distinção entre Geoestratégia e Estratégia, os critérios mais utilizados são, por um lado a escala geográfica em que os estudos são feitos, em geral maior quanto à Estratégia, que estuda o teatro de operações com maior detalhe, focando por isso a sua atenção em espaços mais restritos do que aqueles que, em regra, interessam à Geoestratégia, e por outro, a forma predominante de encarar os acidentes geográficos, que o estrategista tende a ver, sobretudo, como condicionantes, enquanto o geoestrategista os coloca no centro das suas análises, valorizando-os principalmente em função do seu eventual papel como objectivos, ou como factores de Poder.

ESBOÇO DE SÍNTESE CONCLUSIVA ACERCA DOS CONCEITOS

Na sequência do que temos vindo a escrever poderemos já, talvez, formular algumas afirmações, que em parte serão conclusões, em parte complementos e elucidações, do que antecede.

Pela sua natureza e na elaboração das suas análises a Geopolítica e a Geoestratégia constituem metodologias para interpretação das situações políticas, segundo uma orientação realista, particularmente vocacionadas para aplicação nas relações internacionais, embora também aplicáveis a determinados aspectos das políticas internas.

Ambas utilizam uma visão macroscópica, elaborando sínteses e modelos globalizantes, que integram vários níveis de análise correspondendo a diferentes escalas cartográficas (nacional ou local; subsistemas regionais; sistema mundial).

⁽¹⁸⁾ CÉLÉRIER, obra citada, pag. 61.

⁽¹⁹⁾ Léxico de Geopolítica de Jacques Sopelsa, edição Dalloz

Centram as suas atenções no que diz respeito à geração, emprego, e conquista do Poder, procurando perceber, relacionando-os entre si, os grandes condicionamentos à acção política, bem como aconselhar os decisores na formulação de objectivos (ambas incluem preocupações prospectivas, assim como fortes tendências para o programatismo).

Nos seus estudos, enquanto a Geopolítica se preocupa com o que se relaciona com a geração e o exercício do Poder em geral, a Geoestratégia preocupa-se em especial com o que se refere ao exercício da coacção.

Não existem conceitos, menos ainda definições, consensualmente aceites, para nenhuma destas disciplinas, mas sim uma grande variedade de propostas apresentadas nos trabalhos de diversos autores. Porém, como uma simples hipótese de trabalho que concretiza de algum modo os diferentes critérios de distinção reunidos, bem como a nossa própria opinião, será possível, e talvez útil, apresentar em jeito de síntese, alguns traços caracterizadores dos conceitos de Geografia política, Geopolítica, e Geoestratégia.

Assim, quanto à primeira, tratar-se-á de um estudo sincrónico da Geografia, a partir de um ponto de vista político, examinando e descrevendo as condições espaciais da vida dos povos organizados em Estados, nas relações biunívocas, que dessas condições decorrem, entre os processos políticos e os respectivos ambientes geográficos.

Quanto à Geopolítica, será o estudo diacrónico da política a partir de um ponto de vista geográfico, nas suas relações com os ambientes físico e social, estudo esse orientado para as relações internacionais embora não omitindo questões relevantes da política interna, (as que sofrem variações importantes devido à distribuição territorial) dedicando especial atenção ao que se relaciona com a geração, a aquisição, e o emprego do Poder, tentando definir constantes, tendências, limites e condicionamentos. É, por natureza, uma disciplina que se insere nas orientações realistas do estudo das relações internacionais. Constitui uma forma específica de interpretar a fenomenologia política particularmente vocacionada para a percepção e definição de interesses e objectivos, bem como dos factores do Poder.

Quanto à Geoestratégia, poderemos considerá-la como o estudo das relações entre os problemas estratégicos e os factores geográficos, à escala regional ou à mundial, procurando deduzir a influência dos factos geopolíticos (económicos, demográficos, sociais, etc.) nas situações estratégicas e na consecução dos respectivos objectivos. Constitui uma forma específica de interpretar a fenomenologia política, particularmente vocacionada para a per-

cepção e análise de conflitos (actuais e potenciais) bem como dos comportamentos nesses conflitos.

3. O ESPAÇO-EXTENSÃO COMO ELEMENTO CENTRAL

OS DOIS PARADIGMAS

Conforme referência feita na introdução, a maior parte, senão mesmo a totalidade, dos modelos de análise propostos pelos geopolíticos, poder-se-ão agrupar segundo dois paradigmas, consoante a forma como valorizam e empregam os factores da Geografia física. Embora todos atribuam um papel de primeiro plano à extensão e ao relevo, assim como à posição dos territórios, uns colocam no centro da elaboração das suas análises a posição, avaliada sobretudo em função da sua relação com mares e continentes, e enquadram as relações de Poder predominantemente em termos de oposição entre circulações marítima e terrestre, enquanto outros, embora sem ignorar a importância daqueles aspectos, colocam no centro da elaboração das suas análises a extensão e o respectivo relevo dos territórios, enquadrando as relações de Poder mais em função da interacção dos respectivos factores e dimensão dos principais centros de Poder, do que relativamente à maritimidade ou continentalidade das principais linhas de circulação implicadas. Entre estes, ainda é possível distinguir dois subgrupos, consoante a valorização relativa que estabelecem entre os factores político-económicos e socio-culturais na forma como definem a estrutura dos grandes espaços em que baseiam os seus modelos.

Ao paradigma subjacente à elaboração dos modelos que colocam a posição no centro das suas análises daremos o nome de paradigma de «oposição mar-terra». É, sem dúvida, o mais utilizado, o mais conhecido, e, para alguns, constitui mesmo um autêntico símbolo do pensamento geopolítico. Incluem-se neste paradigma nomes ilustres como os de Mahan, Mackinder, Spykman, Castex, etc.

No entanto, os modelos de análise de alguns outros entre os grandes nomes da Geopolítica, designadamente todos os da escola alemã até à segunda guerra mundial, ou os franceses La Blache, Brunhes, e Vallaux, não se enquadram naquele paradigma. No centro dos seus modelos colocam a extensão e o relevo, por isso, ao paradigma que lhes estará subjacente, daremos a designação de paradigma dos «grandes espaços», subdividido, conforme dissemos, em dois subgrupos, o dos «grandes espaços de definição político-económica» e o dos «grandes espaços de definição socio-cultural».

conforme, como aqueles alemães, privilegiem os factores político-económicos, ou pelo contrário, como aqueles franceses, os factores socio-culturais. Será por este paradigma dos «grandes espaços» que começaremos a nossa muito rudimentar evocação de algumas das principais teorias do que hoje consideramos Geopolítica, pois terá sido com ele, através da obra de Ratzel, que esta disciplina terá tido o seu início.

RATZEL, 1887

O geógrafo alemão Ratzel (1844/1904) é considerado o fundador da Geografia política como ramo autónomo da Geografia humana. Não é o criador do conceito nem autor dos primeiros trabalhos naquela matéria, mas o seu livro «Geografia Política», publicado em 1887, é o primeiro a elaborar uma teoria geral procurando explicar a cultura social e política em função do meio físico. É interessante notar que a sua obra, fundadora da Geografia política, é também o ponto de partida para a linha de pensamento geopolítico que frequentemente se designa por «escola alemã», e, de um modo geral, ainda hoje referência obrigatória para todo o pensamento geopolítico. Esta origem comum, conjugada com a sobreposição entre o objecto de uma e outra, contribui, naturalmente, para a dificuldade em distinguir Geografia política de Geopolítica que referimos nos dois capítulos anteriores deste trabalho.

As principais contribuições de Ratzel para a Geopolítica (então indiferenciada da Geografia política) podem considerar-se contidas em três conceitos, e nas suas leis e teoria dos espaços. Estas últimas têm apenas um interesse histórico, pois tendo sido polémicas e contestadas na própria época em que foram escritas, hoje estão claramente desadequadas e podem ser criticadas com a maior facilidade. Nelas são visíveis tendências deterministas, e a sua ideia central é a afirmação da conveniência, mesmo até necessidade, da expansão territorial.

Os três conceitos, porém, o do «Estado como entidade territorial», o do «sentido do espaço», e o do «espaço vital», fazem parte do acervo comum a todo o pensamento geopolítico que posteriormente se iria desenvolver. Mas sendo muitas vezes contestados e contrariados, mantêm-se ainda hoje como referências, embora dois deles, o de «sentido do espaço» e o de «espaço vital», tenham sido praticamente abolidos das teorias modernas.

Na sua concepção do Estado como entidade territorial Ratzel enfatiza a importância do território enquanto elemento constituinte do Estado, atribuindo-

do-lhe um papel verdadeiramente determinante na estruturação e no funcionamento do Poder político, assim como na vida e na cultura do povo. Afirmar que o Estado tem duas coordenadas essenciais (da sua essência) que são o espaço (extensão e relevo do território), o qual considera ser o factor primordial da vida e da grandeza dos Estados, e a posição.

A estas duas coordenadas essenciais (que ainda hoje, como temos referido, continuam a ser as principais no pensamento geopolítico) Ratzel acrescenta duas outras, que são o objecto dos conceitos de «sentido do espaço» e de «espaço vital». Quanto à primeira, seria um elemento constituinte do carácter dos povos, representando a aptidão colectiva, variável de povo para povo, para compreender o espaço e dele tirar partido. Quanto à segunda, estava ligada à ideia do espaço necessário à plena realização do sentido do espaço de cada povo. O elemento essencial deste conceito era o da existência de um direito natural, decorrente de um superior «sentido do espaço», o qual se sobrepunha àquela necessidade.

KJELLEN, 1916

O sueco Kjellen, formado em Direito e professor de ciência política na Universidade de Gutemburgo, onde, desde 1908, regeu uma cadeira intitulada «O Estado como forma de vida», é o criador da expressão Geopolítica, que aparece pela primeira vez num livro publicado em 1916 com o título igual ao da cadeira atrás referida. Nesse livro desenvolve uma teoria compreensiva do Estado, a Biopolítica, pretendendo englobar toda a sua complexa realidade, considerando-o organismo vivo, sensível, racional, com formas próprias de actuar em função da sua personalidade e interesses. Divide a Biopolítica em 5 ciências interdependentes, a Demopolítica, ciência do povo como entidade natural e cultural, a Sociopolítica, ciência das estruturas e das instituições, a Cratopolítica, ciência do sistema integrador dos interesses e do exercício do Poder, a Ecopolítica, ciência dos recursos económicos, e a Geopolítica, ciência do território como elemento integrador do Estado, a qual constituiria o centro de gravidade de todo o sistema.

A obra de Kjellen insere-se na continuidade da de Ratzel, mas mostrando-se claramente mais determinista e organicista do que a dele. Tal como Ratzel, entende que o território é uma força em si mesmo, que quanto mais território mais força, e vai mais longe do que Ratzel, ao afirmar explicitamente que os Estados têm um direito natural ao desenvolvimento e à expansão, e que as

grandes Potências constituíam uma aristocracia, classe superior de Estados, com direitos e privilégios indefinidos. Na sua «tese da vinculação territorial do Estado», reafirma a importância essencial que atribui ao território, ao afirmar que «*cada Estado tem o seu núcleo territorial (...) do qual não pode separar-se ou desligar-se sob pena de sucumbir*»⁽²⁰⁾ e que o Estado é capaz de suportar melhor a perda de muitas vidas humanas do que a de parte do seu território. A sua visão da política é inequivocamente «hobbesiana», afirmando que o Estado é Direito por dentro, e força ou natureza por fora, e que, ao tratar-se da sua sobrevivência, o Estado deve preferir o emprego da força aos princípios da moral.

Kjellen forma como que um elo de ligação entre Ratzel e os autores que, a partir dos anos vinte, constituíam a chamada «Escola de Munique», para a qual iria contribuir não só com a nova palavra «Geopolítica», como também com alguns conceitos, como o de «fronteiras naturais» (contido na sua «lei da individualização geográfica do Estado»), as quais define como limites do espaço que fosse possível integrar como «território natural», o qual, por sua vez, seria todo aquele que estivesse de harmonia com as aptidões e dinamismo de um povo. Nestes termos, as fronteiras seriam limites variáveis consoante aquelas aptidões e dinamismo. A «Escola de Munique» iria retomar esta ideia, ligando-a aos conceitos de sentido do espaço e de espaço vital, de Ratzel, e considerando a penetração cultural e, mais tarde, a pretensa superioridade racial, como manifestações concretas de superiores aptidões, fundamentos de um pretendido direito a determinadas «fronteiras naturais».

HAUSHOFFER E A «ESCOLA DE MUNIQUE», 1923/45

Em 1923 o general de brigada, geógrafo, geólogo e historiador, Karl Haushoffer, então professor de Geografia na Universidade de Munique, juntamente com o também geógrafo e professor daquela Universidade, Ernest Obst, funda a «Revista Geopolítica», a qual, reunindo trabalhos destes dois autores e de outros notáveis contemporâneos como Latensach, Dix, e Otto Maul, viria a ser como que o símbolo e o elemento integrador de um conjunto de trabalhos e personalidades que ficou conhecido como «Escola de Munique». Na produção desta escola devem distinguir-se dois, ou mesmo três, períodos. Um

⁽²⁰⁾ Segundo citação de Políbio Valente de Almeida na sua obra «Do Poder do pequeno Estado: Enquadramento geopolítico da hierarquia das Potências», edição do ISCSP, 1990, pag. 114.

primeiro período, de 1923 até 1933 (subida de Hitler ao Poder), o mais fecundo, em que a elaboração se mantém livre de interferências dos governantes. Um segundo período, de 1933 a 1936, em que o partido nacional-socialista passa a controlar, cada vez mais apertadamente a «escola» até que, a partir de 1936, quando é estabelecido um protocolo com o partido, e até ao fim da guerra e da «escola», esta se torna um mero instrumento de propaganda do nazismo perdendo todo e qualquer valor científico (terceiro período).

A variadíssima produção geopolítica de Haushoffer e da «Escola de Munique» assentava em cinco conceitos, os princípios fundamentais, ligados entre si por decorrências lógicas.

O primeiro era o de «espaço vital», herdado de Ratzel, com influências de Kjellen e algumas alterações introduzidas pelos autores que constituíam a «escola». O Estado, que necessita do território apropriado para a realização das suas aptidões, é considerado um organismo vivo, constituindo com o respectivo ambiente geográfico uma comunidade vital indissociável («sangue e solo»). A partir deste conceito é elaborada a tese do direito à expansão da raça alemã devido à sua superior capacidade para organizar o espaço («sentido do espaço»).

Este direito à expansão é argumentado também no segundo princípio, o do «direito a fronteiras naturais», inspirado directamente no conceito de Kjellen com o mesmo nome. As fronteiras do «espaço vital» deveriam ser, não as resultantes de quaisquer tratados nem as correspondentes a quaisquer acidentes orográficos (sentido comum de fronteiras naturais), mas sim as derivadas de um «direito natural», correspondente aos superiores sentido do espaço e dinamismo social de um povo, materializados na resultante da expansão da sua cultura. Estas fronteiras seriam portanto móveis, dependentes da evolução cultural e demográfica das comunidades, sendo que esta última, a evolução demográfica, era valorizada apenas em função de uma pré-estabelecida hierarquia das culturas.

O terceiro princípio, o da «autarcia», está muito relacionado com a experiência traumática da Alemanha na primeira guerra mundial, e com o consequente conceito de «guerra total» desenvolvido nesta mesma época por Ludendorff. A aquisição de capacidade para fazer face, com os seus próprios recursos, a situações de fortaleza sitiada, deveria ser a prioridade directriz da Economia mesmo em tempo de paz, a fim de preparar convenientemente o Estado para a próxima guerra. Este princípio relaciona-se com os anteriores na medida em que o espaço vital e as respectivas fronteiras naturais deveriam ter em conta a garantia da sobrevivência do Estado a qual, por sua vez, estaria dependente do nível de autarcia conseguido.

O quarto princípio, o das «pan-regiões», permitiria atingir a plenitude da autarquia. É, de certa forma, emblemático da «escola de Munique», e constitui o modelo de análise mais nítido e mais característico do que consideramos ser o paradigma dos «grandes espaços». Desenvolve-se a partir de estudos em bases económicas de Arthur Dix sobre o comportamento dos Estados, e de estudos de Walther Schmidt que propõe um critério geoeconómico em que os Estados industrializados aparecem como motores de conjuntos de Países nos quais matérias primas, sua transformação, produção e comercialização, se combinariam harmoniosamente em espaços autárquicos. A «escola de Munique concebe então a divisão do Mundo em quatro grande regiões, auto-suficientes, geograficamente compensadas ao longo dos meridianos para garantir em cada uma delas a suficiente diversidade de climas que lhes permitissem poderem equivaler-se nas produções agrícolas, a Pan-América, a Pan-Euroáfrica, a Pan-Rússia (englobando o Afeganistão e o sub-contidente indiano), e a Pan-Ásia oriental, ou zona de co-prosperidade da grande Ásia. Cada Pan-região seria comandada por um «Estado director» (em situação não necessariamente de império, mas sim de efectiva hegemonia), o qual garantiria o desenvolvimento integrado de todo o conjunto, liderando a evolução científica e tecnológica, e orientando as especializações e as cooperações. No entender dos autores da «escola», os «Estados directores» seriam respectivamente os Estados Unidos, a Alemanha, a Rússia, e o Japão, e esta organização do Mundo, se fosse implementada, uma vez que cada Pan-região seria auto-suficiente eliminando-se assim a necessidade das competições e conflitos económicos, permitiria estabelecer uma Paz universal estável, duradoura, embora previamente algumas guerras tivessem eventualmente que ocorrer para se conseguir aquela organização.

O quinto princípio, o da «hegemonia mundial», terá sido inspirado pelas teorias geopolíticas de um inglês contemporâneo, Mackinder, sobretudo pelas suas ideias de que quem controlasse o interior da Eurásia (o Heartland) assim como a Europa oriental (chave do acesso ao Heartland, e zona tradicional de influência alemã) dominaria o Mundo. Este princípio é de algum modo contraditório como o anterior, na medida em que, de um Mundo funcionando em paz sob o directório de quatro «Estados directores», se passaria a um Mundo regido pela hegemonia de um só Estado, a Alemanha, o que viria a introduzir um fortíssimo incentivo para guerras naquela organização do Mundo em cuja proposta um dos argumentos principais era a suposta eliminação das causas da guerra. Por outro lado, apresenta-se como que na continuidade lógica do anterior, completando-o. A partir da constituição das Pan-regiões, e de uma Paz pelo equilíbrio, passar-se-ia a uma Paz pela hegemonia, ou pelo império,

(entendida como mais sólida que a de equilíbrio), através de um jogo de alianças, a constituir segundo três eixos principais. Um ligando entre si Berlim e Roma, destinado a permitir o completo controle do Mediterrâneo e do Norte de África. Outro entre Berlim e Moscovo, para estabilizar o controle da Europa oriental e para evitar uma guerra com a Rússia que, baseando-se em argumentos geográficos, Haushoffer afirmava a Alemanha de então não poder vencer. Um terceiro entre Berlim e Tóquio, para facilitar o ataque ao império asiático da Grã-Bretanha, entendido como sendo a principal fonte do Poder britânico.

A estes três eixos deveriam juntar-se quatro outros, os secundários, três a estabelecer entre a China e a Rússia, o Japão e a Rússia, e o Japão e a China, porque as características geográficas, e tecno-industriais destes países tornariam guerras entre eles longas e de resultado imprevisível, privando entretanto o Mundo (em especial a Alemanha) de recursos essenciais para o êxito final da concepção subjacente a este princípio. O quarto eixo deveria ser estabelecido entre o Japão e o Chile, a fim de abrir ao Japão bases seguras no continente sul-americano, bem situadas para ajudar ao controle do Pacífico Sul (a «escola» considerava Austrália e Nova Zelândia como áreas de expansão naturais para o Japão) e suficientemente afastadas dos Estados Unidos para dificultar a intervenção destes.

Esta teia de alianças, uma vez estabelecida, permitiria isolar os Estados Unidos no seu continente americano, criando-se assim condições para um seu progressivo enfraquecimento e «submissão» a prazo, após o que se entendia que a superioridade científica e tecnológica da Alemanha lhe abriria as portas para a pretendida hegemonia mundial.

4. O DETERMINISMO E O POSSIBILISMO

O HOMEM E A NATUREZA

O século XIX marca, de algum modo, a transição entre a época em que a humanidade tinha sobre a Natureza uma capacidade de intervenção relativamente limitada, embora em contínua expansão desde o Neolítico, mas sentindo-se sempre o homem muito mais dependente dela do que capaz de a submeter à sua vontade, e uma outra, iniciada com a «revolução industrial», em que, cada vez mais, os homens vêm conseguindo dominar as forças da Natureza e, sobretudo, se vêm considerando a si próprios como capazes de o fazer, apesar de ignorâncias e limites ainda hoje não ultrapassados.

Esta diferença nas relações entre o homem e a Natureza, e nas respectivas representações mentais, explica que, até ao século XIX, reconhecendo-se e afirmando-se um absoluto império da Natureza que só Deus poderia contrariar, a generalidade dos pensadores tendesse a considerar as influências da Natureza sobre o homem como determinantes, enquanto que nos nossos dias, percebendo-se melhor os processos naturais e dispondo-se de meios de intervenção muito mais poderosos, a quase totalidade dos pensadores tenda a considerar as influências da Natureza sobre o homem apenas como condicionantes.

Durante todo o século XIX, e primeira metade do século XX, porém, influenciados também pela convicção de que era possível encontrar para os comportamentos humanos leis que os explicassem e regessem de forma análoga à das leis da física e da química para os fenómenos naturais, muitos autores, não apenas da Geopolítica mas de todas as ciências humanas, elaboravam as suas teorias em termos deterministas. Mas mesmo então, muitos outros, em número que foi crescendo durante o nosso século, criticavam esse determinismo, ao qual contrapunham a afirmação do pleno exercício do livre arbítrio nas relações entre o homem e a Natureza.

Na recusa do determinismo, dentro do pensamento geopolítico, poderemos detectar três vias principais para explicar as evidentes e importantes influências do meio ambiente natural, por todos reconhecidas, mantendo-as porém no quadro do livre arbítrio. A primeira terá sido o «possibilismo», proposto por La Blache. Já no nosso século, Toynbee, e Vicens Vives, propõem a hipótese dos «desafios» ou «estímulos», e, nos nossos dias, o casal Sprout apresenta o seu conceito do «behaviourismo cognitivo».

LA BLACHE (1845/1918), E A «ESCOLA» FRANCESA

O geógrafo e historiador francês Vidal de la Blache foi o iniciador de uma corrente de Geografia política em França, no fim do século XIX e princípio do XX, onde se encontram nomes como os de Jean Brunhes e de Camille Vallaux. Foi também um dos principais contestadores e críticos de Ratzel, tendo sido em oposição ao determinismo deste que desenvolveu o seu conceito de «possibilismo», o qual pode ser sintetizado na afirmação de que a Natureza não determina nem as decisões nem os comportamentos do homem, mas simplesmente lhe oferece uma gama de possibilidades, entre as quais ele livremente escolhe. Conforme escreve *«Uma individualidade geográfica não*

resulta de simples considerações de clima e de geologia (...) É um depósito onde dormem energias (...) cuja utilização depende do homem que é quem, adaptando-as ao seu uso, ilumina essa individualidade (...) Desta maneira o território ou o meio organiza-se e diferencia-se, e chega a ser medalha trabalhada na qual se esculpe a efígie de um povo» (21).

Para este autor, embora livres, as escolhas feitas pelos homens entre as possibilidades postas pelo meio (as energias adormecidas) são orientadas pelo que designa como «princípios de civilização». Introduz a noção de «zonas de civilização» (grandes regiões ou espaços definidos segundo critérios de afinidades culturais) sustentando que a diferenciação cultural é a mais importante quer para perceber, quer para explicar, os comportamentos políticos e sociais. Para ele, contraditando Ratzel, não é apenas nem principalmente o espaço que deve ser considerado para cabal explicação dos fenómenos tanto geográficos como políticos, mas também o tempo, a duração, a História. Porque os factos não permanecem sempre os mesmos mas variam ao longo do tempo, resulta para os fenómenos, incluindo os geográficos, um carácter de «fluidez» (outra noção introduzida por La Blache) devida à acção do homem. Nesta fluidez os elementos mais estáveis não seriam os geográficos, ao contrário do que pensa a generalidade dos geógrafos e geopolíticos, mas acabariam por ser os «princípios de civilização», que orientam a acção do homem nas suas escolhas.

VICENS VIVES (1950)

Este espanhol, professor catedrático de História na Universidade de Barcelona, publicou em 1950 um «Tratado general de Geopolítica», onde reflecte a influência, explicitamente referida, de Arnold Toynbee, revelando também implícitas convergências com o pensamento de La Blache. Começa por se afirmar claramente contra o determinismo e o organicismo tão influentes nos trabalhos da Geopolítica alemã, e por negar à entidade política Estado o papel mais importante na evolução da humanidade. Conforme escreveu, *«nem o meio geográfico nem a raça são factores determinantes, nem a sociedade se parece com um organismo biológico, nem o Estado é o principal actor no jogo da História»*.

(21) Segundo citação de Jean Gottmann na sua obra «La politique des États et leur géographie», edição Armand Colin, 1952, pag. de abertura.

ria»⁽²²⁾. Afirma que a História e a Geopolítica fluem juntas e interligadas, que os valores geopolíticos serão sempre relativos ao seu tempo histórico, e que o elemento central das suas análises deverá ser a «sociedade cultural», enquanto sujeita a uma série de «estímulos» resultantes da interacção de factores geográficos e humanos.

Estes «estímulos» ou «desafios», que as «sociedades culturais» devem enfrentar, vencendo-os para se desenvolverem criando formas superiores de organização e vivência, Vives classifica-os em cinco grupos ou categorias; a «hostilidade do meio», em que a diversidade das condições ambientais obriga a esforços de adaptação; as «novas pátrias», em que do deslocamento de grupos ou de ideias para solos virgens resultaria um incremento das suas potencialidades, o que seria reforçado quando o mar fosse atravessado; os «confrontos», entre comunidades diferentes, podendo, quando prolongados no tempo, dar origem a mais elevados níveis de realização política e cultural; as «pressões», devidas a trocas e reacções culturais em regiões de fronteira entre povos de culturas diferentes; e as «sujeições» de grupos ou culturas minoritários ou submetidos, podendo essa sujeição galvanizar as identidades assim como as vontades colectivas.

Mas o principal contributo de Vicen Vives para o pensamento geopolítico terá sido o seu conceito de «núcleo geohistórico», que define como espaço natural favorecido pelo cruzamento de linhas de comunicação, onde, através dos contactos facilitados por esse cruzamento de linhas de comunicação, se vem a originar o ímpeto criador de uma nova cultura ou de um Estado. A estes núcleos geohistóricos corresponderiam «fronteiras geohistóricas», zonas periféricas da tensão expansiva dos núcleos. Na sua opinião estas fronteiras geohistóricas, mais do que separadores, função que prevalece nas fronteiras políticas, seriam órgãos periféricos de aproximação, funcionando como pontes entre os povos.

Será interessante notar alguma semelhança do conceito de fronteiras geohistóricas de V. Vives com o de fronteiras naturais (culturais) de Kjellen e da «escola de Munique», não se devendo porém esquecer a importantíssima diferença de que, para estes, essas fronteiras eram concebidas como elementos de penetração e de expansão à custa de outros povos, o que mostra bem como fenómenos semelhantes podem ser vistos de formas muito diferentes, ou, talvez mais exactamente, como os mesmos factos podem ter, simultaneamente, diversos significados, por vezes contraditórios entre si.

⁽²²⁾ VIVES, Vicen: «Tratado general de Geopolítica», editorial V. Vives. Barcelona, reimpressão da 2.ª edição, 1961 (1.ª edição 1950), pag. 72.

MARGARET E HAROLD SPROUT (1965)

Professores de Geografia e de Relações Internacionais em Princeton, os Sprout elaboraram diversos estudos sobre as relações entre os homens e o seu meio ambiente, designadamente num dos seus livros, escrito em 1965, «The ecological perspective on human affairs with special reference to international politics», em que desenvolvem o seu conceito de «behaviorismo cognitivo». Segundo este, o meio não impõe automaticamente comportamentos, mas provoca reacções dependentes do entendimento que dele se tenha. O indivíduo responde conscientemente ao seu meio através da forma como o percebe. Deste modo, as ideias erradas acerca do meio podem ter tanta influência na formação de preferências, e na tomada de decisões, como as correctas. Porém, as falhas na percepção das condições limitativas do meio, tal como as ilusões e as más interpretações das circunstâncias geográficas, podem ter severas consequências face ao comportamento a que derem origem. Deste modo, embora as decisões políticas sejam baseadas nas percepções dos homens de Estado acerca do seu meio, os resultados dessas decisões são limitados pela natureza objectiva do meio, conclusão em que os Sprout se aproximam da afirmação de Josué de Castro quando este escreve conforme referimos «que as directivas políticas não têm sentido fora dos quadros geográficos». Para os Sprout, portanto, os factores geográficos não compelem, nem mesmo condicionam, directamente, os decisores políticos, mas sancionam as acções derivadas das suas decisões.

Na sua concepção das relações homem-meio estes autores aplicam uma perspectiva ecológica, considerando que a Geografia afecta todos os fenómenos humanos e não humanos que possuam uma dimensão espacial e variem ao longo da superfície da Terra. Recordam que todas as comunidades políticas têm uma base geográfica, a qual é uma combinação única de situação (posição), tamanho, relevo, (espaço), clima e recursos naturais, pelo que grande parte das relações entre os Estados compreendem significativas, por vezes mesmo cruciais, considerações geográficas. Enfatizam a importância do papel da tecnologia (instrumental) e da cultura (orientadora das percepções) nas relações homem-meio. Conforme escrevem ⁽²³⁾ «*Um acurado levantamento dos instrumentos, perícias e inovações tecnológicas (...) é crucial para toda*

(²³) Segundo resumo de partes (pag. 20 a 64) do livro dos Sprout «An ecological paradigm for the study of international politics» apresentado por Dougherty e Pfalzgraff em «Contending Theories of international relations», a pag. 59/60.

a teorização geopolítica (...) Geografia, organismos no seu ambiente, meio psico-social, tecnologia, meio operacional, e crenças, todos se reflectem uns nos outros».

5. O ESPAÇO/POSIÇÃO COMO ELEMENTO CENTRAL

O DOMÍNIO DE UM ELEMENTO E A HEGEMONIA

Muitas teorias e análises, geopolíticas e geoestratégicas, focam a sua atenção no controle de um elemento (meio) físico (mar, terra, ar) como gerador de poder, procurando interpretar a influência desse controle na configuração da relação de forças entre as diversas Unidades Políticas num determinado sistema internacional. Neste tipo de análises, que se inserem no que designamos por paradigma da «oposição mar-terra», a posição (situação), a circulação (mobilidade), e a tecnologia (em especial meios de comunicação e de transporte), assumem uma relevância primordial.

Embora as vantagens e desvantagens das posições marítimas ou terrestres já fossem discutidas desde a antiguidade clássica, onde foram objecto da atenção de autores tão importantes como Platão e Aristóteles, foram as navegações oceânicas, a partir das expedições portuguesas no sec XV, que, ao ligarem entre si pela primeira vez com regularidade as diversas áreas civilizacionais de todo o Mundo, vieram dar um novo alcance, um alcance global, à circulação marítima, e que, ao armarem os navios com artilharia, trouxeram uma nova dimensão à projecção de Poder militar, alterando o papel dos navios, os quais, de mero meio de transporte das forças terrestres, passaram a ter também alguma capacidade de intervenção directa no combate na linha de costa utilizando o seu próprio poder de fogo. Afonso de Albuquerque, garantindo com forças militares muito escassas o controle de um império de posições costeiras ligadas pelo domínio das vias marítimas, domínio esse permitido e facilitado pela posse, criteriosamente escolhida, daquelas posições costeiras, dá-nos o primeiro modelo de uma estratégia global baseada no Poder marítimo, capaz de confrontar eficazmente Poderes terrestres.

Mas o mar não funciona apenas, por via da sua homogeneidade e das suas características intrínsecas, entre as quais a densidade permitindo suportar cargas elevadas, e a extensão, cobrindo a maior parte da superfície da Terra, como meio que confere determinadas vantagens (e também algumas desvantagens) à sua utilização para a projecção do Poder militar. É também fonte de

recursos, alimentares, minerais, energéticos, gerador de riqueza pelo comércio marítimo, e, através da acção do tempo, influenciador de comportamentos, de valores colectivos, de padrões culturais.

A importância económica do domínio do mar tinha sido tida em conta nas mais antigas reflexões sobre as relações entre as comunidades humanas e os seus ambientes naturais, mas essa importância foi-se naturalmente acentuando na medida em que o comércio internacional se foi desenvolvendo e constituindo uma fracção cada vez mais significativa no cômputo global das economias dos Estados. Deste modo, percebe-se que já no sec. XVII, em plena expansão das trocas intercontinentais e desenvolvimento das teorias mercantilistas, um autor como o inglês John Evelyn escrevesse que *«Quem dominar o mar domina o comércio do Mundo; quem dominar o comércio do Mundo domina as riquezas do Mundo; quem dominar as riquezas do Mundo, domina o Mundo»* ⁽²⁴⁾.

A existência de influências sobre a maneira de ser e de viver dos povos providas da sua prolongada relação com o mar também não escapara aos autores clássicos. Desde então muitos autores escreveram a esse respeito, mas uma das reflexões melhor sistematizadas, e também, talvez por isso, mais conhecidas e citadas, é a do historiador belga Pirenne (1862/1935), que procurou estabelecer os principais traços comuns, por um lado a todas as civilizações marítimas (talassocráticas), e, por outro, a todas as continentais (epirocráticas), contrapondo-as entre si.

Segundo ele ⁽²⁵⁾, as civilizações talassocráticas seriam extrovertidas, vivendo do contacto com outras civilizações, sendo as suas culturas produtos de sínteses sucessivas obtidas através de permutas materiais e espirituais com outros povos, resultando estruturarem-se em grupos sociais abertos, mesmo por vezes com prejuízo da solidariedade nacional. Nessas sociedades talassocráticas predominariam o individualismo e a concorrência, geradores tanto de tensões sociais como de riqueza. Quanto às epirocráticas, seriam introvertidas, vivendo voltadas para os seus próprios valores que sublinhariam e estimulariam, cultivando a ideia de superioridade étnica, recusando aculturações, sendo constituídas por grupos sociais fechados, com estruturas muito coesas, em que o indivíduo se submete ao grupo intolerante e rigidamente disciplinado.

⁽²⁴⁾ Segundo citação a pag. 45 do manuel MC-4210 do IAEM «Origens e evolução do pensamento geopolítico, síntese histórica», Out. 1982.

⁽²⁵⁾ PIRENNE, Henri: «Les grands courants de l'Histoire Universelle», citado e resumido, na parte referida, por V.Vives a pag. 109 do seu livro já citado.

Do ponto de vista da política e da economia, as civilizações talassocráticas teriam a sua riqueza dependente sobretudo do comércio, baseada em bens perecíveis, o que facilita a mobilidade social, teriam o Poder descentralizado tendendo para a democracia, para o liberalismo e para a tolerância, expandir-se-iam pelo colonialismo, que tende para a futura independência dos povos assim trazidos à convivência internacional. Por seu lado as epirocráticas teriam a sua riqueza ligada à posse da terra, em bens de raiz transmitidos de forma rígida, gerando-se assim classes dominantes, teriam o Poder centralizado, autocrático, tendendo para o despotismo, expandir-se-iam pela conquista e pelo satelitismo tendendo à incorporação e integração dos povos dominados.

As afirmações de Pirenne, ainda que alicerçadas na indiscutível valia da sua obra e do seu saber como historiador, sofrem naturalmente da inevitável subjectividade comum a todas as generalizações, assim como a todas as interpretações. Mas não só as opiniões que acabámos de resumir têm obtido o acolhimento explícito de muitos autores e convergido com as que independentemente muitos outros têm formulado sobre esta matéria, como também a observação dos factos parece permitir, na maior parte dos casos, uma sua relativamente clara confirmação em linhas gerais.

Os traços civilizacionais assinalados por Pirenne, mais do que elementos que predispoem para o levantamento de um Poder marítimo ou de um Poder terrestre, são decorrência de práticas seculares das actividades relacionadas com a existência desses Poderes e, ou, deles características. Os elementos originários dessa existência e dessas práticas seculares, esses são de natureza muito diversificada. Radicam na geografia, mas não só. Derivam também da demografia, da economia, da política, e das tendências e predisposições culturais.

De facto, uma Nação será marítima (talassocrática) ou continental (epirocrática), não apenas de acordo com a sua posição geográfica, que pode facilitar-lhe, dificultar-lhe, ou mesmo impedir a sua relação com o mar, mas também consoante a sua vida colectiva estiver mais, ou menos, centrada na relação com o mar, ou dele dependente. Serão a importância relativa para a sua economia do comércio marítimo, dos produtos do mar (pesca, sal, adubos...) dos transportes marítimos, do movimento portuário e da construção naval, bem como a sua História em termos de expansão e de ameaças predominantes, orientadas no sentido da costa ou, pelo contrário, no do interior, a forma como o seu território foi constituído, a importância assumida pela relação com o mar na definição e sedimentação de usos, costumes, tradições, ou seja, a Política, a Economia, a História e a Cultura, todas na sua

relação mútua e com a Geografia, que, formando um sistema complexo, através da respectiva resultante, permitirão definir a «maritimidade» ou a «continentalidade» de uma Nação. Desta consideração podem tirar-se três corolários.

Primeiro, o de que a definição da «maritimidade» ou «continentalidade» de um Estado ou Nação nem sempre é simples, podendo-se, em muitos casos, encontrar carecterísticas mistas, designadamente quando o Estado integra diferentes povos e culturas, ou quando o território da comunidade apresenta ambivalência nas suas características geográficas (por exemplo, formas compactas com um bom litoral, ou acesso fácil a rotas importantes tanto marítimas como terrestres).

Segundo, o de que os Estados instalados em vastos territórios tendem a ser de mentalidade continental, já que se constituíram ou a partir de núcleos geohistóricos interiores, ou expandindo-se na direcção do interior, cuja conquista e, ou, organização, naturalmente mobilizaram o melhor do esforço colectivo durante grande parte da sua História, tendo-se habituado a basear a sua economia nos respectivos recursos, excepto nos casos em que as regiões centrais são improdutivas. O caso dos E.U.A. por exemplo, é um caso em que grande parte da República, a parte central, apresenta uma mentalidade continental, explicável pela sua História (conquistada a partir do litoral atlântico mas povoada por agricultores e criadores de gado), tanto como pela sua posição geográfica, enquanto que os litorais, separados do interior pelos Apalaches e pelas Rochosas, desenvolveram mentalidades e Poder marítimos. Já a Rússia, com um litoral altamente desfavorável e uma expansão claramente orientada para o interior, constitui um exemplo inequívoco de Estado epirocrático. A China, por sua vez, com um extenso litoral favorável à relação intensa com o mar, mas com o seu núcleo geohistórico e as suas principais ameaças, direcções de expansão, e recursos económicos, localizados no interior, configura um caso de epirocracia menos nítido que o da Rússia, (tendo até, num curto período da sua História, no fim do sec XIV e início do XV, esboçado a constituição de um verdadeiro Poder marítimo), mas mais acentuado que o dos E.U.A..

Um terceiro corolário será o de que a variabilidade dos elementos que contribuem para definir a «maritimidade» ou «continentalidade» explicam que muitos povos tenham sido alternadamente continentais e marítimos ao longo da sua História, como a Inglaterra ou o Japão, os quais só a partir de determinadas épocas (sec XVI e XIX respectivamente), mudaram uma mentalidade até então predominantemente epirocrática (apesar das suas característi-

cas geográficas) para assumirem um espírito e um comportamento colectivo talassocrático, ou como a Espanha e a França, as quais em determinados períodos da sua História se comportaram como talassocráticas, e em outros, como epirocráticas, e em outros ainda, podendo ser entendidas de um ou de outro modo.

Para terminar esta alínea destinada ao alinhar de algumas considerações de carácter geral acerca do relacionamento teórico entre o domínio de um elemento e o exercício do Poder, acrescentaria ainda que a emergência, e sua confirmação após a primeira guerra mundial, da capacidade para utilizar o terceiro elemento, o ar, na circulação, veio dar origem a novas teorias sobre as potencialidades do controle deste elemento para o estabelecimento de hegemonias. Na realidade, estas teorias são mais geoestratégicas do que geopolíticas, uma vez que o domínio do ar não traz recursos por si mesmo, não diferencia relativamente à sua aquisição os Estados em termos geográficos, mas sim exclusivamente em termos tecnológicos e económicos, os principais elementos de Poder que disponibiliza relacionando-se mais com a projecção do poder militar do que com o comércio. Por outro lado, essas teorias não se inserem claramente no paradigma da «oposição mar-terra», pelo contrário, tendem a atenuar o respectivo contraste. Elas têm, não obstante, subjacentes à sua elaboração, uma forma de pensar análoga à que é característica das teorias dentro daquele paradigma, pelo que consideramos aceitável fazer-lhes referência neste capítulo.

MAHAM, O MAR, A «MARITIMIDADE»

A primeira teorização do domínio do mar como gerador de Poder susceptível de basear a constituição de um império, ou de uma ampla hegemonia, deve-se a um contra-almirante da marinha dos E.U.A., professor de História naval e de Estratégia. O essencial da sua teorização sobre esta matéria, que hoje é do domínio da Geopolítica, encontra-se num seu livro publicado em 1890, sob o título «A influência do Poder marítimo na História». Nele define o Poder marítimo como sendo *«a soma de forças e factores, instrumentos e circunstâncias geográficas, que cooperam para conseguir o domínio do mar, garantir o seu uso, e impedi-lo ao adversário»* ⁽²⁶⁾.

⁽²⁶⁾ Segundo citação a pág. 72 do manual MC 4210 do IAEM atrás referido.

Constatando que o mar cobre a maior parte da superfície do Globo (cerca de 7/10) e que a sua unidade e homogeneidade, livre dos obstáculos orográficos que acidentam e compartimentam a superfície terrestre, fazem dele um meio de comunicação melhor do que a terra, pelo que o comércio, importante elemento do Poder, se fazia principalmente pelo mar, Maham procura discernir quais as condições necessárias para levar um Estado a tirar partido da utilização do mar. Assim, aquele teria que criar excedentes para trocar, bem como obter navios mercantes para transporte, navios de guerra para defesa e segurança, e colônias que fornecessem pontos de apoio, posições estratégicas (bases terrestres convenientemente localizadas face às principais rotas marítimas, acessíveis por mar e defensáveis contra a terra), e zonas de expansão económica.

Desenvolvendo esta ideia, define seis factores decisivos para um Estado poder ser uma Potência marítima, aos quais dá o nome de «elementos do Poder marítimo», três relacionados com a configuração geográfica do respectivo território, dois com aspectos demográficos e sociais, e um com o regime político.

A «posição geográfica» vem naturalmente à cabeça, salientando que a melhor posição de um Estado é a insular, onde não existam fronteiras terrestres a defender, permitindo concentração de forças no mar, maior liberdade de movimentos e flexibilidade estratégica, e que a valorização da posição prende-se, sobretudo, com a existência ou não de pressões nas fronteiras, com a sua influência na concentração ou na dispersão das forças navais, com a proximidade ou afastamento relativamente às principais rotas marítimas, com o acesso fácil ou difícil aos mares livres, com as possibilidades de controle de estreitos, cabos, áreas marítimas e portos importantes.

Segue-se a «configuração física», em que o que sobretudo interessa é a natureza e extensão relativa do litoral, a extensão, a permeabilidade, ou a defensibilidade, das fronteiras, a existência e qualidade dos portos, a existência de rios navegáveis e de braços de mar, o clima, incluindo neste elemento também considerações sobre o relevo, a natureza dos solos, e os recursos naturais.

Quanto à «extensão do território» a que vimos a «escola alemã» dar tanta importância, para Maham o que interessa, mais do que a área da superfície, é a extensão da costa, mas sendo esta valorizada só na medida em que permita o acesso ao mar e em função da maior ou menor facilidade desse acesso.

No que respeita aos aspectos demossociais, nas «características da população», embora a quantidade total desta seja importante, mais ainda interessa

a parte desta que se dedica às actividades relacionadas com o mar. Quanto ao «carácter nacional» destaca o que se refere às aptidões para criar riqueza e para o comércio, bem como para se relacionar com outros povos.

Finalmente, no que respeita ao regime político, tratado no elemento a que dá o nome de «carácter do governo», destaca a importância da visão, da coragem, da competência, dos chefes e das elites que conduzem os povos, manifestando desconfiança nos processos de decisão próprios das democracias pluralistas, aos quais considera preferível o governo autoritário se exercido por elites esclarecidas.

As suas ideias a respeito da importância do Poder marítimo, inspiradas pelos seus estudos da História da Grã-Bretanha, tiveram grande influência no pensamento e na política da sua época, não só nos Estados Unidos, que no fim do séc XIX iriam tornar-se uma Potência marítima e proceder à sua expansão ultramarina, como também no Japão e na Alemanha, onde as suas obras eram estudadas nas respectivas escolas navais.

Além do que referimos acerca da definição do Poder marítimo, e que constitui o essencial do seu contributo para o pensamento geopolítico, encontram-se também em Mahan elementos de uma visão geopolítica global. Considerava que as massas terrestres do Hemisfério Norte constituíam a chave do Poder mundial, passando pelo Panamá e pelo Suez o limite sul das zonas de maior importância em termos políticos e económicos. Neste hemisfério, a massa dominante era a da Eurásia, e nesta, o Poder terrestre dominante seria o da Rússia. No entanto, a expansão russa na Ásia poderia, em seu entender, ser contida por uma aliança anglo-americana, devido às grandes vantagens que considera existirem na circulação marítima, dominada por estes dois Estados, face à circulação terrestre, que poderia vir a ser dominada pela Rússia.

MACKINDER, A TERRA, A «CONTINENTALIDADE»

Embora seja a Mahan que se deva a primeira teorização do Poder marítimo, é na realidade com o inglês Mackinder que se estabelecem, de forma completa, os contornos das concepções geopolíticas baseadas no confronto entre Potências marítimas e Potências continentais para o domínio do Mundo. É a partir das suas duas primeiras teorias (1904 e 1919) que se foram definindo os principais aspectos ou elementos do «jogo mar-terra», em torno das respectivas bases de Poder (recursos disponíveis, comércio) das capacidades de intervenção ou de projecção de Poder (glacis, zonas de influência, zonas de

interesse, manobras por linhas interiores versus linhas exteriores) das capacidades de protecção dos respectivos territórios (extensão, obstáculos naturais), bem como dos principais factores a ponderar na análise e valorização desses aspectos ou elementos relativamente aos dois tipos de Potências, e que são a posição, a extensão, e a circulação, esta combinando os anteriores, geográficos, com a tecnologia disponível.

As principais vantagens e desvantagens relativas de cada um dos tipos teóricos de Potências configuram-se, sensivelmente, do seguinte modo: As Potências continentais dispõem de elevado potencial em recursos naturais e humanos no interior do seu próprio território, o qual é geralmente protegido por fronteiras seguras e por grande espaço de recuo, ou seja, profundidade estratégica, proporcionando-lhes a possibilidade de manobrar por linhas interiores protegidas, e de intervir no exterior por linhas mais curtas; As Potências marítimas dispõem de recursos próprios em regra bastante inferiores aos das continentais, mas complementam-nos com os obtidos pelo comércio marítimo e nas colónias, a sua segurança advindo sobretudo da interposição do mar, necessitando porém de fronteiras seguras em terra face aos vizinhos, a sua projecção de Poder fazendo-se por linhas exteriores utilizando o mar, mais versáteis mas geralmente mais longas do que as linhas de comunicação terrestres correspondentes.

Ao contrário de Mahan, Mackinder não viu apenas as vantagens do Poder marítimo, tendo-se apercebido claramente das suas limitações, designadamente do facto de que sendo as Potências continentais potencialmente superiores às marítimas quanto a recursos próprios, a eventual vantagem destas últimas dependeria estreitamente de dois aspectos: Por um lado, da existência de uma superioridade da circulação marítima sobre a terrestre; Por outro lado, da capacidade das Potências marítimas para negarem às continentais a obtenção de uma capacidade de intervenção no mar que pudesse pôr em causa a sua exploração daquela superioridade. As consequências retiradas por Mackinder destas condicionantes levou a que muitas vezes tenha sido considerado, pensamos que com alguma incompreensão, um «defensor» da supremacia do Poder continental sobre o marítimo. Na realidade ele terá simplesmente estabelecido uma visão global do «jogo» da «oposição mar-terra» apresentando as vantagens e as limitações de um e outro dos tipos de Poder.

O biólogo, historiador, geógrafo e político, Mackinder, elaborou três teorias geopolíticas, ou, se se preferir, elaborou uma teoria, em 1904, que depois corrigiu profundamente por duas vezes, em 1919 e 1943. O conjunto da sua obra figura com justiça entre as mais importantes no âmbito da

Geopolítica. Limitar-nos-emos a dela apresentar, seguidamente, alguns dos seus aspectos mais salientes em traços apenas esboçados.

Pode considerar-se que os seus trabalhos nesta disciplina formam um conjunto com três enunciados, conjunto esse elaborado sobre a ideia básica de que a emergência de novos meios de comunicação e transporte, em especial o caminho de ferro, ponto de inspiração para o enunciado de 1904, induziria uma mudança na valorização comparativa das vantagens entre as comunicações terrestres e as marítimas, favorecendo as primeiras. Centram-se os três enunciados, sucessivamente, no conceito de «Pivot geográfico da História» (1904), na adaptação deste com outros limites e novo nome («Heartland») às realidades do post guerra (1919), e no conceito de «Midland ocean» (1943).

Basicamente, vê no Globo a existência de uma enorme massa continental, dominante, susceptível de, a partir da conquista, unificação e desenvolvimento, de uma sua região interior com características geográficas favoráveis, vir a ser controlada por uma Potência continental. Essa massa continental dominante apresenta-se rodeada por dois anéis irregulares, grosseiramente concêntricos, o primeiro constituído por mares e desertos, que a separa do segundo anel constituído por continentes, ilhas e arquipélagos, susceptíveis de serem controlados pela Potência marítima.

Nas duas primeiras versões considera que se a Potência continental conseguir o controle da massa continental dominante (central) virá a desenvolver uma capacidade marítima que, enfraquecendo ou anulando o domínio dos mares pela Potência marítima, dará à continental a hegemonia mundial. Na terceira, porém, concebe um sistema que tem inegáveis semelhanças com a O.T.A.N. (que só viria a ser estabelecida cinco anos depois), em que o controle da massa continental pela Potência continental não conduziria automaticamente à hegemonia mundial, podendo ser eficazmente equilibrado por um outro centro de Poder, organizado sobre o Atlântico Norte (o «midland ocean») e ligando entre si as duas principais Potências marítimas de então (E.U.A. e G.B.), os recursos continentais da América, e uma «testa de ponte» na Europa, a França.

Na sua primeira teoria a massa continental dominante seria a Eurásia, separada da África pelo deserto do Sahara, e a região interior, que designa por «Pivot geográfico da História», cujo domínio abriria o caminho para o controle da Eurásia, seria a grande área ininterrupta de estepes e planícies, zona de circulação por excelência, que se estende desde uma linha irregular entre o mar Branco e o Cáucaso a Oeste, até às regiões do rio Kolyma e do Norte da Manchúria e da Mongólia a Leste, e desde a tundra do litoral ártico até às

regiões do Altai, do Tianshan, do Hindu-Kush e do Kara-kum a Sul. Esta orla contínua que rodeia a zona de circulação central é constituída por vastas regiões desertas, geladas, pantanosas, e montanhosas, formando uma série de difíceis obstáculos naturais não quebrada por nenhum rio navegável a partir do oceano, pois todos desaguam ou em mares interiores ou em mares gelados, tornando-se extremamente difíceis os acessos à zona interior de planícies e estepes a partir dos litorais da Eurásia. Essa dificuldade nos acessos, conjugada com a própria extensão da área do «Pivot da História» e com a severidade do seu clima, garantir-lhe-iam a defensibilidade, mesmo até a inexpugnabilidade, atendendo aos meios da época, constituindo o «Pivot da História» como que uma verdadeira fortaleza natural, ótima base de Poder para actuar sobre as regiões periféricas da Eurásia. Estas, segundo a designação de Mackinder, formavam um «crescente interior», sendo o «crescente exterior» formado pelo anel de continentes e ilhas para além dos mares e do Sahara. O «crescente interior» dividia-se em quatro grandes regiões, a Europa, o Médio Oriente, o Sul da Ásia, e a Ásia Oriental do Pacífico, correspondendo cada uma delas a uma grande área civilizacional caracterizada por uma religião dominante, respectivamente a cristã, a muçulmana, a hindu, e a budista.

Na sua versão de 1919 a massa continental dominante passa a ser a Eurásia mais a África, conjunto a que dá o nome de «Ilha Mundial», e a região interior cujo domínio poderia permitir o subsequente controle de toda a ilha mundial continua a ser sensivelmente a mesma a que chamara «Pivot da História» mas agora com outro nome, «Heartland», e limites ligeiramente alargados para sul-este, e bastante alargados para oeste, onde a linha divisória vem passar entre o Báltico e o Adriático. Mackinder adverte que o controle da Europa Oriental seria a chave do controle do Heartland, e, portanto, um verdadeiro primeiro passo para a hegemonia mundial. Esta relevância dada ao controle da Europa oriental tinha como intenção alertar os diplomatas que então, em Versalhes, estavam concebendo as novas fronteiras dos países daquela parte da Europa após o desmembramento dos impérios austro-húngaro e turco, de modo a que viessem a ser criados Estados suficientemente fortes para poderem servir de tampão entre a Alemanha e a Rússia. Teve, porém, a certamente inesperada consequência de influenciar os geopolíticos da «escola de Munique», conforme já vimos, na sua concepção do princípio da «hegemonia mundial».

Finalmente, na versão de 1943, quando a derrota de Hitler já era evidente e se começava a pensar no Mundo do post-guerra, a ideia directriz passa a ser a de se conseguir um equilíbrio duradouro. O conceito de «Midland ocean»

procura responder a esse desiderato. Tem como pressuposto a ideia de que o continente americano teria potencialidades suficientes para poder equilibrar o domínio do «Heartland» (que a U.R.S.S. viria a completar em 1948) desde que mantivesse a capacidade efectiva de intervenção oportuna na Europa. É esse o significado da ligação necessária com a G.B. e a França no conceito do «Midland ocean».

Quanto aos dois anéis rodeando a massa continental dominante, o primeiro, separador, constituído ou por mares e oceanos ou por vastas regiões desertas ou semi-desertas, o segundo constituído por ilhas e continentes controláveis ou hegemonzáveis pela Potência marítima, sofrem também alterações de revisão para revisão, tanto na sua designação, como na sua definição, mas mantêm, no essencial, tanto a visão global de um Mundo geopoliticamente divisível em vastas zonas concêntricas, como aquelas funções, de separação para uma, de reserva de recursos controláveis pelas Potências marítimas, para a outra.

CASTEX, O «PERTURBADOR CONTINENTAL» E O «EQUILIBRADOR MARÍTIMO» (1935)

O almirante francês Raoul Castex (1878/1968) foi um notável teorizador da Estratégia, mas a sua principal obra, «As teorias estratégicas», escrita em 1935, constitui, no seu primeiro volume, também um verdadeiro tratado de Geopolítica e Geoestratégia, introduzindo ideias e conceitos que passaram a fazer parte do acervo comum daquelas disciplinas. É, aliás, um dos autores que argumentaram a superioridade intrínseca do «poder marítimo», o que o coloca claramente dentro do paradigma «oposição mar-terra».

Utiliza o conceito de espaço de Ratzel, valorizando, em especial, as respectivas potencialidades defensivas, como amortecedor de agressões externas. Conforme escreve ⁽²⁷⁾, «*A geografia não condiciona apenas as acções militares, actua também sobre os fenómenos sociais e políticos (...) Nos seus primeiros tempos poderia o regime soviético ter-se mantido se não estivesse protegido pela imensidade das distâncias, contra as reacções morais, económicas e militares, dos países estrangeiros?*».

Acerca do conceito de posição, designadamente quanto à sua importância na génese e na sustentação do impulso para as expansões ultramarinas de países como Portugal, Espanha, França, Holanda e G. Bretanha, defende

⁽²⁷⁾ Idem, a pag. 77.

ideias semelhantes às de Mahan, que aliás critica fundamentadamente em muitos aspectos. Define um conceito novo, que designa por «posições geobloqueantes», as quais consistiriam em posições geográficas dos territórios de determinados Estados, com potencialidades para interceptar saídas das armadas de outros Estados para o mar livre, ou para dominarem importantes rotas que sirvam esses outros Estados, dando como exemplos a posição da Espanha relativamente à França, a qual lhe daria condições para impedir ou dificultar grandemente as saídas do Golfo da Biscaia ou do Mediterrâneo, e a posição da G. Bretanha face à Holanda, à França, e à Alemanha, devido às possibilidades que essa posição confere para dominar o canal da Mancha assim como as saídas do Mar do Norte.

A principal contribuição de Castex para o pensamento geopolítico terá sido o conceito de «perturbador continental», segundo o qual, periodicamente, a estabilidade europeia tem vindo a ser alterada por um Estado aspirando à hegemonia. Cita como exemplos a Espanha de Carlos V, e depois a de Filipe II, seguidamente a França de Luís XIV, e depois a de Napoleão, finalizando com a Alemanha de Guilherme II. Todos esses Estados, nessas épocas, correspondiam à mesma tipificação: País em pleno desenvolvimento tanto económico como demográfico, com ambições expansionistas, que busca concretizar no continente, acabando porém por ser contido pela coligação de outros Estados, liderada pela Potência marítima.

Conforme escreve *«O Poder da Nação ou grupo perturbador nasce do esforço para dominar o seu extenso território, o que lhe dá um carácter essencialmente continental (...) o seu objectivo final, que nunca alcança, é conseguir o domínio do mar (...) quando chega ao limite da sua expansão continental, depara com os poderes marítimos contra ela coligados»* (28).

Para Castex existe uma superioridade permanente do Poder marítimo sobre o terrestre, já que aquele se desgasta menos, devido ao seu estilo envolvente, flexível, enquanto este adopta métodos penetrantes, rígidos, produtores de grande desgaste. Vaticina que o próximo perturbador continental seria a Alemanha de Hitler, o que em 1935 já era fácil de prever, à qual se seguiria como perturbador continental a União Soviética, o que então era muito menos previsível (a U.R.S.S. tinha saído há apenas uma dúzia de anos de uma sangrenta e prolongada guerra civil que a deixara profundamente empobrecida e enfraquecida), e que ambas, como sempre tinha acontecido com os perturbadores continentais, seriam derrotadas pela aliança dos Poderes

(28) Idem, pag. 79.

marítimos (o que, como sabemos, veio a verificar-se, embora as razões possam não coincidir exactamente com as que suportam as previsões de Castex).

SPYKMAN, E A CONTENTAÇÃO DO HEARTLAND NO «RIMLAND» (1942)

Professor de Relações Internacionais em Yale, o norte americano Spykman (1893/1943) publica em 1942 o livro «America's Strategy in World Politics». Nesse livro, escrito num momento crítico da História, e tendo sido um dos mais lidos no seu país durante a segunda guerra mundial, o autor discute o tema fundamental da política externa dos E.U.A., a dialéctica «intervencionismo/ isolacionismo», utilizando argumentação de cariz geopolítico.

Parte da análise da «Sociedade Internacional» como sociedade sem autoridade central que possa preservar lei e ordem, onde portanto os Estados devem promover o desenvolvimento do seu Poder próprio como finalidade primordial da sua política externa, propondo, nesse sentido, algumas afirmações e regras de ordem geral. Assim, a política mundial seria governada pelas realidades geográficas, sendo a Geografia o factor mais fundamental da política externa por ser o mais permanente. O Mundo deveria ser dividido em zonas de Poder equilibrado, com base na Geografia e no Poder militar, dentro das quais a recíproca neutralização dos Poderes dos respectivos Estados deixasse aos E.U.A. capacidade de decisão ou de influência decisiva. Seria necessário impedir o acesso aos mares livres por parte dos Poderes continentais.

Considera a superfície do Globo dividida em cinco grandes ilhas-continente, a Austrália, a África, a América do Sul, a Eurásia, e a América do Norte, sendo a metade norte claramente mais importante dos pontos de vista económico, político e militar. Os E.U.A. tinham uma posição privilegiada, pois estavam no hemisfério norte, tinham dimensão continental, e tinham bons litorais e portos para os dois oceanos mais importantes, por onde passavam as relações entre a América do Norte e a Eurásia, as quais traçavam as linhas fundamentais da política mundial, já que ligavam entre si regiões de maior densidade de recursos e mais próximas entre si do que as ligadas pelas rotas do hemisfério sul.

Admite a base geográfica dos modelos de Mackinder, mas confere-lhe uma interpretação diferente. Divide o Mundo não americano em quatro zonas concêntricas: O «Heartland», com limites ligeiramente diferentes dos de Mackinder em 1919; O «Rimland», coincidente com o «crescente interior ou

marginal» de Mackinder em 1904; O «Off Shore Continents and Islands», constituído pela África, Madagáscar, Austrália, Nova Zelândia, Indonésia, Japão; O «Ocean belt», constituído pelos oceanos Atlântico, Índico e Pacífico.

Os E.U.A. teriam que impedir que o enorme Poder continental do «Heartland», nas mãos de um só Estado ou coligação, viesse a conseguir dominar o «Rimland», isolando os E.U.A. de interesses vitais para a sua sobrevivência, no comércio, nas matérias primas, nos combustíveis⁽²⁹⁾. Assim sendo, deveriam manter uma permanente intervenção nessa vasta orla exterior da Eurásia, cujo papel seria decisivo na luta pelo controle do Mundo. Segundo Spykman, o Poder marítimo dependeu sempre das suas posições e aliados nessa orla euroasiática, pelo que, ao contrário de Mackinder, que colocara no controle do «Heartland» a importância decisiva, segundo Spykman poder-se-ia afirmar «Quem controla o Rimland governa a Eurásia; quem domina a Eurásia controla os destinos do Mundo»⁽³⁰⁾. De certa forma, a doutrina do «containment» que anos mais tarde seria posta em prática pela administração Truman, viria a corresponder a esta importância atribuída por Spykman ao «Rimland».

DOUHET, MITCHEL, SVERSKY, O AR E A «UNIFICAÇÃO» DA SUPERFÍCIE

A aquisição pela humanidade da capacidade para utilizar a terceira dimensão, tanto em profundidade como em altura (aeróstatos, submarinos, aviões, mísseis, satélites), capacidade essa que atingiria uma dimensão já significativa em termos militares durante a primeira guerra mundial, veio introduzir novas e importantes potencialidades, tanto económicas como estratégicas, com naturais implicações políticas, sociais, geopolíticas (alterando os dados da circulação, e o significado das distâncias, e, portanto, também da extensão e da posição) e, sobretudo, geoestratégicas. Essas potencialidades, no que respeita aos meios submarinos, têm principalmente a ver com os condicionamentos introduzidos ao exercício do Poder marítimo, facultando às Potências continentais capacidade para dificultar, ou mesmo impedir, o livre uso das rotas marítimas, como se viu, no decorrer deste século, por parte da Alemanha e, depois da segunda guerra mundial, por parte da União Soviética.

(29) Como vimos, este isolamento do continente americano era, segundo a «escola» de Munique, pressuposto necessário para uma hegemonia mundial da Alemanha.

(30) Segundo Dougherty e Pfaltzgraff, obra já citada, pag. 62, indicando como fonte a obra de Spykman «The Geography of the peace», pag. 43.

No que respeita aos meios aéreos, essas potencialidades poderão sintetizar-se através de determinadas suas características, tais como a flexibilidade, a versatilidade, e a rapidez, todas muito superiores às de quaisquer outros meios de transporte marítimos ou terrestres, e relacionadas com outra sua característica importante, a independência relativamente aos obstáculos da superfície. No entanto, estas vantagens são limitadas pela reduzida capacidade de transporte, pela dependência de bases na superfície que terão de ser devidamente adequadas para a descolagem e para a aterragem, e por uma maior vulnerabilidade a condições climatéricas adversas, de tudo resultando que, ainda hoje, a maior parte do comércio mundial, cerca de 70%, continue a fazer-se através das rotas marítimas, só uma pequena fracção, inferior à que é transportada por terra, cabendo aos transportes aéreos, os quais, além da sua muito maior limitação na capacidade de carga, são também o meio de frete mais caro (cerca de dez vezes mais do que o terrestre e cem vezes mais do que o marítimo).

Em termos militares, acresce ainda áquelas características a não menos importante de poderem facilmente atacar as forças tanto terrestres como marítimas em qualquer ponto do teatro de operações, o que lhes dá uma efectiva capacidade para condicionarem fortemente a acção das forças de superfície.

Em termos geopolíticos e geoestratégicos, resultam dessas características duas consequências principais. Por um lado, a tendência para se atenuar a importância da oposição entre Potências marítimas e continentais, uma vez que a obtenção e uso dos meios aéreos (como aliás dos submarinos) é praticamente independente da posição geográfica, e que a utilização dos meios aéreos condiciona com a mesma eficácia o uso tanto dos meios marítimos como dos terrestres, pelo que se poderá dizer que, de certa forma, vieram «unificar» a superfície. Por outro lado, na mesma medida em que os raios de acção e as capacidades de transporte dos meios aéreos se foram desenvolvendo, as virtualidades defensivas dos acidentes geográficos bem como das grandes extensões, mesmo das desérticas e das geladas, foram perdendo algum do seu valor, que se mantém, não obstante, relativamente aos meios de superfície, mas que é suficientemente posto em causa pelos aéreos para obrigar a repensar o papel do «Heartland» relativamente ao resto da Eurásia.

Em 1921 o italiano Douhet é um dos primeiros autores a teorizar a importância do Poder aéreo, em especial do ponto de vista estratégico, no seu livro «O domínio do ar». Neste seu livro, e em outras obras posteriores, desenvolve diversas ideias novas no seu tempo. Assim afirma que a aviação, arma ofensiva por excelência dada a sua rapidez e flexibilidade que permitem,

facilmente, concentrações inesperadas para o inimigo, revolucionara a guerra ao tornar vulnerável a totalidade do território alterando portanto os significados tradicionais de frente e retaguarda. Afirma também que a guerra será, cada vez mais, total ⁽³¹⁾, absorvendo todos os recursos disponíveis dos Estados, e que para a vencer seria condição necessária possuir o domínio do ar, o que por sua vez implicava destruir prioritariamente os aeródromos e fábricas de aviões do inimigo. Conclui que os acontecimentos na guerra de superfície serão uma mera consequência da guerra aérea.

O americano Mitchel é contemporâneo de Douhet cujas ideias perfilha. Afirma, como este, que as guerras seriam cada vez mais totais, e que os objectivos prioritários das acções aéreas deveriam ser a destruição dos aeródromos e das fábricas de aviões do inimigo. No desenvolvimento lógico dessas perspectivas, afirma que todos os principais centros económicos, industriais ou políticos, deveriam ser objectivos prioritários da arma aérea, (ponto de vista que prenuncia os bombardeamentos de cidades que iriam acontecer na segunda guerra mundial). Mas a sua ideia mais importante, esta já com implicações verdadeiramente geopolíticas, é a de que os meios aéreos viriam valorizar regiões até então de escassa importância, como o Alasca, a Groenlândia e a Islândia, ou a abrir novas linhas de comunicação que se tornariam de grande importância, como as polares.

Slessor, marechal da R.A.F., que escreve as suas principais obras pouco antes da, e logo a seguir à, segunda guerra mundial, vem mitigar um pouco o optimismo dos autores que acabamos de referir acerca das vantagens e potencialidades da arma aérea. Sem as negar, chama no entanto a atenção para as suas limitações, afirmando que *«obtida a superioridade aérea, esta terá de se apoiar nas Forças terrestres, uma vez que o Poder aéreo, por si só, não pode derrotar o inimigo. Como o Poder terrestre também não pode dispensar o apoio aéreo, a vitória depende do êxito de operações combinadas»* ⁽³²⁾. Acerca do espaço soviético, sublinha o facto deste se ter tornado vulnerável ao Poder aéreo. Reforça a ideia de Spykman acerca da necessidade de se conseguir o controle do «Rimland» (onde admite a possibilidade de ocorrerem guerras limitadas) para garantir acessibilidade terrestre ao «Heartland», já que a eventual acção aérea sobre este, no caso de uma nova guerra mundial entre Potências continentais e marítimas, só por si, não seria suficiente.

⁽³¹⁾ O conceito de «guerra total» fôra desenvolvido durante este mesmo período pelo general alemão Ludendorff.

⁽³²⁾ Segundo citação a pag. 99/100 do manual MC 4210 já referido.

Renner, especialista norte americano em relações internacionais, num seu trabalho escrito em 1944 ⁽³³⁾, é, de entre os autores mais conhecidos no âmbito da teorização do Poder aéreo, o que leva mais longe a reflexão sobre as implicações propriamente geopolíticas da emergência deste novo Poder. Defende a tese de que existe um «Heartland» americano com características e potencialidades semelhantes às do «Heartland» euroasiático, chamando a atenção para o facto de que as ligações mais curtas entre ambos passavam sobre as regiões polares. Concebe deste modo a existência de um «Heartland transpolar», dando ao Ártico um papel de grande nó de comunicações, atribuindo-lhe por isso a designação de «Mediterrâneo mundial».

Sversky, piloto aviador russo durante a primeira guerra mundial, refugiado nos E.U.A. por causa da revolução bolchevique, autor de vários livros sobre o Poder aéreo durante a segunda guerra mundial e logo após o fim desta ⁽³⁴⁾, é conhecido como um dos mais fervorosos defensores da importância do Poder aéreo. Para além de ideias semelhantes às já formuladas por Douhet e Mitchel, acerca da necessidade de dar a maior prioridade à destruição do Poder aéreo inimigo através do bombardeamento de bases aéreas e de fábricas, e da correspondente necessidade de fazer dos bombardeiros de grande raio de acção o elemento principal do Poder aéreo, afirma que será indispensável que a arma aérea se torne um ramo independente dentro das Forças Armadas. Preconiza a importância fundamental da indústria aeronáutica, que considera ser como que uma verdadeira coluna vertebral do País, cujo Poder seria medido pelo respectivo Poder Aéreo, sem o qual as Forças militares de superfície para nada serviriam. Considera que a crescente autonomia dos meios aéreos, devida ao aumento espectacular dos seus raios de acção, produz uma tendência no sentido de se poderem vir a tornar dispensáveis as bases aéreas no estrangeiro, caras, e dispersadoras de Força na medida em que precisavam de ser defendidas. Imagina que uma futura guerra mundial seria como que uma guerra de posições, portanto mais semelhante à primeira do que à segunda, que tinha sido uma guerra de movimento.

Nessa futura guerra os adversários enfrentar-se-iam através de meios aéreos, a partir de bases nos respectivos territórios, perspectiva essa que não poderia deixar de influenciar as relações de Poder, mesmo em tempo de paz.

⁽³³⁾ Segundo citação de Políbio de Almeida, na sua obra já citada, pag. 66, referindo como fonte «Peace by the map», artigo de Renner publicado no *Colliers* de 3 de Junho de 1944.

⁽³⁴⁾ De entre vários livros e muitos artigos escritos por Sversky tem especial interesse o livro «A intervenção do Poder Aéreo na Vitória» publicado em 1942.

Concebe então o traçado de duas grandes elipses sobre o mapa do Mundo (projecção polar), centradas nos principais centros industriais dos territórios dos E.U.A. e da U.R.S.S., abrangendo o espaço alcançável a partir desses centros pelos raios de acção dos bombardeiros de maior autonomia. A vasta zona de sobreposição das duas elipses, abrangendo quase toda a América do Norte, quase toda a Eurásia, e o terço noroeste da África, por estar dentro do alcance de ambas as Forças aéreas das duas Super-Potências, seria a área de decisão para a hegemonia mundial. O resto do Mundo fora dessa zona de sobreposição, mas dentro de cada uma das duas elipses, corresponderia a zonas de influência e de hegemonia da respectiva Super-Potência, isto é, o remanescente do continente americano para os E.U.A., e as partes sobrantes da África e da Ásia, para a U.R.S.S..

6. A HEGEMONIA E OS EQUILÍBRIOS

A VISÃO GEOPOLÍTICA DO MUNDO

Chegando ao último capítulo deste trabalho, depois desta sumariíssima referência a alguns dos principais tópicos abordados em algumas das obras importantes no domínio da Geopolítica e da Geoestratégia, seria talvez o momento adequado para tentar extrair, da exposição feita, conclusões sobre as respostas a dar às perguntas com que a iniciámos. Mas, para além de uma ou outra reflexão a esse respeito já apresentada ao longo destas páginas, a própria diversidade de respostas sugeridas pelos diferentes autores que apresentámos parece-nos fazer, ela também, parte do que se deverá entender sobre o que são e para que servem aquelas disciplinas. Assim sendo, uma síntese final tentando ligar em poucas proposições o conjunto de enunciados apresentados, propondo respostas simples e definitivas, não só seria difícil, como excessivamente redutor, e mesmo desadequado.

Deste modo, em vez de um capítulo final de conclusões, pareceu-nos preferível tentar exemplificar uma das vertentes da utilidade da Geopolítica, a analítica, através da proposição de alguns elementos de reflexão, numa perspectiva geopolítica e geoestratégica, acerca do Mundo na segunda metade deste século. Naturalmente não se pretende, de modo algum, elaborar uma análise completa, para a qual seria necessário todo um livro, mas apenas esboçar algumas linhas de um esquema muito geral, que, no entanto, apesar de rudimentar, talvez possa ser sugestivo.

Será então oportuno começar por recordar o que escrevemos na introdução deste trabalho acerca da especificidade da perspectiva geopolítica, a qual consistiria em conjugar a simplificação (abstracção) do espaço/meio em espaço/teatro, com a diferenciação espacial (no espaço) da importância relativa dos principais actores políticos e, ou, culturais (ideia do «mundo que conta» ou centros versus periferias).

A visão geopolítica do Mundo acaba assim por concretizar-se em esquemas e modelos, os quais, por sua vez, segundo a hipótese que apresentámos, se podem reconduzir a dois ou três grandes paradigmas. A cada um destes paradigmas correspondem formas características de ver o Mundo. Assim, conforme tivemos oportunidade de verificar, com clareza em Mackinder e em Spykman, mas também de forma implícita nos outros autores referidos no 5.º capítulo, ao paradigma da «oposição mar-terra» corresponde a valorização predominante da «posição» e da «circulação», de que decorre uma visão do Mundo dividido segundo zonas concêntricas, oceanos rodeando continentes, litorais rodeando interiores, bem como a tendência para percepções e explicações dos acontecimentos em termos de bipolaridade (Potência marítima versus Potência continental).

Pelo contrário, ao paradigma dos «grandes espaços», onde incluímos os autores da «escola alemã» até 1945, os da «escola francesa» de La Blache, e V. Vives, corresponde uma valorização predominante da «extensão» e dos «recursos próprios», do que decorre uma visão do Mundo dividido, ou em faixas Norte-Sul, como as «pan-regiões» da «escola» de Munique, ou em mosaicos, como as «zonas de civilização» de La Blache ou os núcleos históricos de Poder marítimo (quatro) e de Poder terrestre (outros quatro) de V. Vives, bem como a tendência para perceber e explicar os acontecimentos em termos de multipolaridade em função de Estados «directores», ou de Estados «centrais», ou de coligações de Estados, influenciando ou hegemонizando cada um dos «grandes espaços». Nas suas propostas para a definição e organização destes, os autores podem privilegiar critérios de natureza político-económica ou, pelo contrário, de natureza político-cultural, pelo que se poderá subdividir este paradigma conforme essa diferente valorização destes critérios.

EXPANSÃO VERSUS EQUILÍRIOS

Através do exame das principais teorias geopolíticas desde o fim do século XIX até ao fim da segunda guerra mundial será possível concluir-se que em todas, ou quase todas, o problema fundamental das relações de Poder no,

ou nos, sistema ou sistemas, de relações internacionais, era posto em termos de expansão e contraposição à expansão, acabando a maior parte delas por procurar definir as condições geográficas que facilitariam a consecução de formas de hegemonia ou de império. A preocupação dominante da Geopolítica, conforme transparece claramente em toda a «escola alemã», nas obras de Mahan, e nas duas primeiras de Mackinder, terá sido perceber e fundamentar a expansão dos Estados.

No entanto, desde a segunda guerra mundial, verifica-se uma alteração desta tendência, alteração essa que se pode já observar na terceira teoria de Mackinder e mesmo na obra de Spykman, e que depois se vai acentuando, (Vives, Léopotier, Célèrier, Cohen, Cline, etc.), no sentido de privilegiar a busca das condições geográficas que facilitariam a consecução de equilíbrios dinâmicos sustentáveis. A preocupação dominante da Geopolítica parece então ter passado a ser a de encontrar as melhores vias para gerir os equilíbrios.

As razões para esta mudança de orientação estarão certamente ligadas à correspondente evolução das principais características definidoras do Sistema Mundial das relações internacionais. Entre estas, três, a arma nuclear, a descolonização, e a O.N.U., por si e pela conjugação dos seus efeitos, poderão ter tido uma influência decisiva.

A emergência de uma nova arma capaz de, por si só, produzir mais destruição do que todo um exército provido de armas convencionais, capaz de, se aplicada, mesmo em quantidades relativamente reduzidas, destruir completamente países inteiros, veio revolucionar as condições do uso da Força militar nos conflitos internacionais. Cedo se percebeu que era uma arma dificilmente utilizável contra um adversário que dela não dispusesse, dado o impacto nas opiniões públicas que seria causado pelas enormes percas de vidas humanas que seriam provocadas entre as populações, bem como pelos efeitos de poluição radioactiva, os quais poderiam atingir outros povos para além dos inimigos, mesmo até o próprio agressor. Menos ainda seria utilizável, em termos racionais, contra um adversário que dela também dispusesse, por causa da alta probabilidade de isso arrastar a completa destruição mútua dos contendores. Desta forma, a guerra, em que tal arma fosse aplicada, deixava de ser um instrumento «racional» da política.

Mas, por outro lado, a sua utilização por parte de um qualquer inimigo, até porque a racionalidade nem sempre preside às decisões e aos comportamentos humanos, mantinha-se sempre possível desde que este dela dispusesse, e essa possibilidade, por ténue que fosse, implicava riscos tão elevados que era indispensável garantir alguma forma de protecção contra tal hipótese. A

melhor forma de protecção, mesmo a única possível, percebeu-se ser a aquisição da capacidade nuclear susceptível de garantir que qualquer eventual inimigo não pudesse nunca destruir completamente essa capacidade através de um primeiro ataque. Isso garantiria uma muito elevada probabilidade de vir a ser ele também destruído pela resposta à sua agressão. Estabeleceram-se assim os fundamentos da estratégia de dissuasão. Deste modo, a arma nuclear veio a ser a arma que, pela primeira vez na História, existe mais para não ser utilizada do que para o ser, baseando um novo tipo de paz, mais estável do que as tradicionais pazes de equilíbrio.

A este novo tipo de paz deu R. Aron o nome de «Paz de terror» porque dependendo não tanto do mero equilíbrio das forças, o qual poderia mesmo não ser atingido (dissuasão do «fraco ao forte») mas sim, sobretudo, do mútuo terror provocado pela capacidade de total destruição recíproca. Este «excesso de Poder» tornava o Poder nuclear «inutilizável em termos racionais» num confronto directo entre partes que dispusessem de tais armas, pelo que a paz estabelecida entre elas recebeu de Aron também o nome de «Paz de impotência» além do de «Paz de terror».

Naturalmente, nestas circunstâncias, o tradicional tema da busca de uma hegemonia mundial, dificilmente concebível sem arrastar graves conflitos entre as principais Potências mundiais, justamente as que após a segunda guerra mundial tinham adquirido capacidade nuclear dissuasiva eficaz, tornava-se inadequado. A «revolução nuclear», só por si, bastaria pois para explicar a mudança de orientação que vimos referindo. Mas outros aspectos, em especial os outros dois que atrás salientámos, terão também desempenhado influência não despendiando nesse sentido.

A proliferação de novos Estados independentes que resultou da onda de descolonizações após a segunda guerra mundial veio consolidar a repartição total das terras disponíveis. A expansão territorial de qualquer Estado não poderia fazer-se sem ser à custa de territórios de outros Estados independentes, com os inevitáveis riscos de guerra que isso acarretaria. Por outro lado, a implementação da O.N.U. veio introduzir no Sistema Mundial das relações internacionais uma autoridade supranacional simultaneamente «legitimante» das relações e «garante» das soberanias, cuja capacidade de mobilização moral em prol do Direito Internacional, embora desprovida do Poder próprio para impor coactivamente as suas decisões, dificultaria a utilização do Poder militar em empresas expansionistas. Estes dois factos, potencializando-se entre si, e conjugados com a existência da «Paz de terror» entre as Potências nucleares, por sua vez ligadas por redes de interesses, influências e alianças, a pratica-

mente todos os outros Estados, vieram dar ao respeito das fronteiras estabelecidas e à estabilidade das relações internacionais em todo o Mundo um carácter de menor precaridade do que no passado, susceptível de ser posto localmente em causa por problemas regionais, mas não devendo estes agravarem-se ao ponto de poderem arrastar uma conflagração mundial.

A ideia de uma hegemonia mundial aparecia pois como excessivamente arriscada, além de ser cada vez mais difícil de pôr em prática. Em contrapartida, porque os equilíbrios não se estabelecem nem mantêm de forma automática, e podem ser estabelecidos de muitos modos e a diversos níveis, permitindo amplas margens de variação na intervenção dos Poderes em satisfação dos interesses particulares dos diversos Estados, a procura dos «equilíbrios convenientes» no cada vez mais complexo Sistema mundial oferecia amplo campo de intervenção para as propostas e análises geopolíticas, as quais, pelo uso da Geografia, estão vocacionadas para a percepção dos elementos de relativa permanência, portanto, de alguma forma estabilizados, e por isso referências muito úteis num mundo em acelerada mudança.

A «CONTENÇÃO»

Desde o fim da segunda guerra mundial até meados dos anos sessenta pode considerar-se ter decorrido uma primeira fase da evolução do Sistema Mundial durante a segunda metade deste século, fase essa marcada por acontecimentos como os ligados ao estabelecimento de uma ordem económica internacional baseada nos acordos de Bretton Woods e no G.A.T.T., com paridades cambiais fixas e o dólar convertível em ouro e funcionando como meio de pagamento universal, ou como os relacionados com a descolonização, mais do que duplicando o número de Estados independentes em todo o Mundo, e, através da sua entrada para a O.N.U., cuja assembleia geral passaram a dominar pelo número, dando aos países do «terceiro Mundo», do Sul pobre e subdesenvolvido, uma «voz» e uma capacidade de intervenção nos assuntos internacionais que, embora restrita, estes membros do «mundo que não conta» ou da «periferia» nunca tinham tido até então. Um terceiro aspecto característico desta fase, directamente relacionado com os dois anteriores, foi o da emergência do «movimento dos não alinhados» que buscava potencializar essa recém adquirida capacidade de intervenção procurando sobretudo influenciar as relações internacionais no sentido de obter uma «nova ordem económica mundial» mais favorável aos países subdesenvolvidos. A conjuga-

ção destes acontecimentos tendia a polarizar uma série de conflitos internacionais segundo uma clivagem que os analistas passaram a designar por confronto «Norte-Sul».

Em termos político-estratégicos, porém, todo o Sistema mundial era dominado pelo conflito de interesses, à escala global, entre as duas Super potências nucleares, liderando cada uma delas um bloco de países e uma ideologia-projecto para o desenvolvimento económico. Também esta oposição tendia a polarizar a generalidade dos conflitos em todo o Mundo segundo uma grande clivagem, esta designada por «Conflito Leste-Oeste». Neste enquadramento, esta primeira fase que estamos a caracterizar corresponde à primeira fase da «guerra fria» (que dura segundo alguns autores até à morte de Stalin, segundo outros até ao fim da «crise dos mísseis de Cuba»), e à fase da «coexistência pacífica» que se lhe segue, até, sensivelmente, ao início da «détente».

Durante todo este período, ideias como as da condenação do «imperialismo», do «colonialismo», e do «neo-colonialismo» foram dominantes nos meios intelectuais e nos «mass media» de todo o Mundo, mesmo nos Países mais frequentemente acusados destes «crimes», colocados no banco dos réus da opinião pública mundial, os quais eram todos pertencentes ao «primeiro Mundo», ao hemisfério Norte, ocidental, demo liberal, desenvolvido e rico.

A U.R.S.S. era então uma Potência que correspondia claramente ao padrão das «Potências continentais», portanto possuindo escassa capacidade para projectar Poder fora da Eurásia, enquanto os E.U.A. eram também claramente uma «Potência marítima», mas, no entanto, divergindo do puro modelo teórico na medida em que dispunham de uma base de Poder continental cujas potencialidades não eram muito inferiores às da «Potência continental». Como «Potência marítima» os E.U.A. ostentavam uma decisiva capacidade de projectar Poder, podendo intervir em qualquer ponto do Globo alcançável a partir do mar, e lideravam a organização de uma série de pactos e alianças com, e entre, Estados situados na periferia da Eurásia, a cuja constituição presidiam sobretudo critérios de Defesa e Segurança, como a N.A.T.O., a S.E.A.T.O., o Pacto de Bagdad, a A.N.Z.U.S., etc. Por sua vez, a U.R.S.S. liderava também a organização do Pacto de Varsóvia e do COMECON. Deste modo, a configuração da distribuição dos Poderes a nível mundial era nitidamente bipolar, a estratégia que presidia às intervenções dos E.U.A. era a da «contenção» da expansão da U.R.S.S. no «rimland», e o paradigma geopolítico mais adequado à percepção das dinâmicas subjacentes aos acontecimentos durante todo este período era, sem dúvida, o da «oposição mar-terra».

A DISPUTA DO «TERCEIRO MUNDO»

De certa forma, o envolvimento dos E.U.A. na guerra do Vietname e a subsequente derrota do seu projecto político para aquela região marcam, de forma emblemática, o fim da configuração político-estratégica característica do período anterior. Na realidade, porém, muitos dos parâmetros que temos vindo a referir já tinham vindo a sofrer alterações significativas desde a segunda metade dos anos sessenta. Uma segunda fase da evolução do Sistema mundial pode assim ser identificada entre, sensivelmente, o fim da década de sessenta e o fim da década de oitenta.

Este período corresponde, «grosso modo», às fases de evolução do «conflito Leste-Oeste» designadas por da «détente» (desde a visita de De Gaulle ao Kremlin, ou desde o início da «ostpolitik» de Willt Brandt, até ao início do envolvimento da U.R.S.S. na guerra do Afeganistão), por da «segunda guerra fria» (desde então até à cimeira de Rejkiaviek), e por de «nova détente» (desde aquela cimeira até ao início do colapso dos impérios soviéticos).

As ideias da importância e da universalidade dos direitos humanos, bem como da protecção dos direitos das minorias, a convicção do que o desenvolvimento económico deveria prevalecer sobre as ideologias e que esse desenvolvimento económico seria favorecido pela economia de mercado e por alguma descentralização do Poder político, vão abrindo caminho nos meios intelectuais e nos «mass media» e vão-se progressivamente impondo, progressão essa estreitamente ligada a acontecimentos como os da invasão da Checoslováquia em 1968, os da conferência de Helsinquia em 1974, os da invasão do Afeganistão em 1979, ou os da eleição de um Papa polaco e a luta do «Solidariedade» na Polónia no início da década de oitenta. Os regimes totalitários, comunistas ou não, com frequência crescente aparecem também eles a ocupar lugar de réus perante a opinião pública mundial.

Porém, a grande viragem em termos político-estratégicos terá consistido no desenvolvimento de um enorme Poder marítimo por parte da U.R.S.S., a qual, durante a década dos anos setenta, se transforma na segunda Potência naval do Mundo, logo atrás dos E.U.A. e muito acima da Grã-Bretanha e do Japão, ultrapassando mesmo os E.U.A. quanto às frotas de submarinos, e desenvolvendo marinhas de comércio, de pescas, e de investigação oceanográfica, que se colocam entre as primeiras do Mundo. A U.R.S.S., embora sempre limitada pelas condições geográficas desfavoráveis dos seus litorais, adquire, não obstante, uma efectiva capacidade de projecção de Poder para fora da

Eurásia aparecendo a rivalizar com os E.U.A. na disputa de zonas de influência em África, e na América Central, deixando assim de corresponder inteiramente ao padrão de «Potência continental», antes se aproximando do tipo de Potência simultaneamente continental e marítima que fôra, e continuava a ser, o dos E.U.A..

Após o fim da grande vaga de descolonizações que se seguiu à segunda guerra mundial, praticamente terminada no início da década dos anos setenta, a África, a Ásia do Sul, as ilhas do Pacífico e as Américas central e Sul, tinham, como vimos, ganho importância geopolítica relativa, mesmo até, por vezes, e em certos casos, alguma capacidade para exercer influência no Sistema Mundial. Essa importância relativa cresce até atingir o seu apogeu na segunda metade da década dos anos oitenta, mas começando a declinar de então para cá. Para além das razões que afluíram já a propósito do período anterior, a competição Leste-Oeste tornara-se a grande responsável por esta valorização, ao alargar a margem de manobra das pequenas Potências que aumentavam a sua capacidade de jogar com os interesses opostos das Super potências na mesma medida em que aquela competição se radicalizava e se expandia. Ao incrementar a sua capacidade de intervenção fora da Eurásia, a U.R.S.S. obriga a Potência marítima a um maior esforço na sua contenção, que passa a se estender, agora, também às regiões costeiras da África e das Américas. Ou seja, de certa forma, é como se surgissem novos «rimlânds», o que na realidade indicia uma menor adequabilidade dos modelos dentro do paradigma «mar-terra» para explicar as dinâmicas do Sistema Mundial.

Ao longo deste período vão-se tornando cada vez mais aparentes alterações no parâmetro fundamental da circulação, em especial nas vertentes político-estratégicas deste, que dizem respeito à projecção de Poder. As crises políticas tornam-se mais frequentes e mais influentes, na medida em que constituem a forma que a dissuasão nuclear consente para o confronto entre as Super potências, e a competição entre estas se estende ao Mundo inteiro. Ora na gestão das crises, como aliás também no desenvolvimento económico, cada vez mais percebido como elemento fundamental de todo o Poder e também como elemento da maior importância na disputa de influências no «terceiro mundo», a obtenção da informação, e a rapidez, tanto na decisão como na intervenção, assumem importância decisiva.

Isto tende a valorizar o Poder aéreo, que, como vimos, depende pouco do factor geográfico «posição», bem como os meios electromagnéticos e electrónicos de colheita, transmissão e gestão da informação, os quais, precisamente, conhecem um espectacular desenvolvimento durante este período, e são

independentes da «posição» geoestratégica. Por outro lado ainda, a evolução da produção industrial que assentava cada vez menos nas indústrias pesadas, o crescimento da mobilidade financeira cujo investimento juntamente com a competência tecnológica se tornaram decisivos para o desenvolvimento, aspectos que também caracterizam este período, tornaram os Estados menos dependentes da circulação maciça de recursos materiais (a qual, ao longo dos séculos, valorizara o transporte marítimo), do que dos meios rápidos de comunicação (aéreos e electromagnéticos), e das trocas de informação.

A todos estes aspectos deverá ainda acrescentar-se o crescimento da competição económica entre as três grandes Potências económicas (E.U.A., C.E.E. e Japão) que dividia o bloco que no período anterior, antes das crises dos anos setenta, fora claramente liderado pelos E.U.A., ao mesmo tempo que a rivalidade da China dividira o bloco liderado pela U.R.S.S.. Em vez da nítida bipolaridade da primeira fase, vemos assim desenhar-se uma polaridade complexa, combinando uma bipolaridade, que se mantinha mas atenuada e restringida aos aspectos político-estratégicos, com uma multipolaridade em termos apenas político-económicos, mas estes tornando-se cada vez mais importantes na definição das relações de Poder a nível mundial.

Entretanto, a tendência para a organização regional de coligações de Estados que víamos no período anterior ser baseada sobretudo em razões de Defesa e Segurança sendo essas organizações geralmente lideradas pelas Super potências, neste período essa tendência manteve-se e acentuou-se, mas os vectores que presidem a essas organizações passam a ser predominantemente os económicos, e muitas delas emergem sem qualquer interferência das Super potências. O modelo que nelas prevalece deixa de ser o da N.A.T.O. para passar a ser o da C.E.E..

Verifica-se também que as duas Super potências, cada uma delas um grande espaço politicamente unificado num só Estado, ambas combinam agora características quer de Potência marítima, quer de Potência continental, e que, se os E.U.A. apresentam mais características de Potência marítima do que continental e o inverso se passa com a U.R.S.S., a verdade é que a diferença decisiva na relação de Poder entre ambas passou a assentar mais na diferente capacidade científica e tecnológica de cada uma do que na sua diferente posição face às rotas comerciais e às linhas de projecção de Poder.

A conclusão a tirar parece ser a de que o paradigma da oposição «mar-terra» terá perdido valor analítico durante este período, tornando-se mais adequado o da dialéctica dos «grandes espaços». O Mundo deixara de poder ser adequadamente entendido em termos de zonas concêntricas e de oposições bipolarizadas, para

passar a ser melhor compreendido se visto multipolarizado, como um gigantesco mosaico de grande espaços. Parece ser esse o entendimento de Franck Debié, quando, em 1990, escreve na revista *Stratégique* ⁽³⁵⁾ «*A rivalidade percebida não é tanto a rivalidade política e militar com a U.R.S.S., como a rivalidade económica e política com a C.E.E. e o Japão. São as pan-regiões de Haushoffer mais do que o modelo de Mackinder que vêm agora obsecar a imaginação dos políticos, dos peritos, dos universitários e dos jornalistas americanos*». E essa parece ser também a tendência que preside à elaboração dos modelos geopolíticos de importantes autores dos anos setenta e oitenta, como Cohen, Clyne, Galtung...

A «NOVA ORDEM» MUNDIAL

Com o colapso da U.R.S.S. inicia-se uma nova fase, a que estamos vivendo. Os conflitos regionais, até então fortemente influenciados, não propriamente na sua génese, mas na sua configuração e na sua evolução, pelas intervenções das Super potências, libertam-se agora desse enquadramento que lhes era dado pelo conflito Leste-Oeste, desaparecido, mas sofrem crescente influência do alargamento do fosso entre ricos e pobres gerador do confronto «Norte-Sul». Por outro lado, a proliferação no «terceiro mundo» de indústrias militares, mísseis, e armas de destruição maciça, iniciada no período anterior mas em constante progresso e de controle muito difícil, agravada pela situação quase anárquica que se vive no espaço da ex-U.R.S.S., confere a essa «libertação» dos conflitos regionais uma periculosidade acrescida, preocupante, tornando-se talvez na razão principal para muitos analistas afirmarem estarmos hoje num Mundo mas imprevisível e menos seguro.

Os radicalismos político-religiosos e os político-étnicos (fundamentalismos, xenofobias, racismos...) expandem-se e tendem a dominar a cena política internacional. De certa forma, parecem estar a ocupar o lugar das grandes ideologias políticas, como polarizadores, segundo vectores culturais, de revoltas e de conflitos muitas vezes com raízes económicas e sociais. A evolução dos movimentos terroristas, a expansão avassaladora do narcotráfico e do crime organizado, que progressivamente se vão impondo como preocupações dominantes em termos de Segurança e Defesa, estão ligadas não só entre si mas também à generalidade daqueles radicalismos.

⁽³⁵⁾ DEBIÉ Franck: «La Geopolitique est-elle une science? Un aspect de la Géographie Politique de Peter Taylor», artigo publicado na revista *Stratégique*, pag. 59.

A «explosão» demográfica nos países subdesenvolvidos e as sérias ameaças aos equilíbrios ambientais constituem outras duas ordens de preocupações que, pelo seu agravamento exponencial tornando já irrecusável reconhecer os efeitos nefastos assim como os enormes riscos a elas associados, e pela extrema dificuldade em combater os seus efeitos, estão atraindo uma crescente atenção tanto dos políticos como dos intelectuais, começando também já a mobilizar meios de comunicação social e opiniões públicas. Acresce que estas duas ordens de preocupações estão relacionadas entre si de uma forma complexa, já que quanto maior for o número de seres humanos maior é a agressão ao ambiente, mas por outro lado a poluição causada por cada indivíduo residente nos países ricos, onde o crescimento demográfico está estabilizado, é várias vezes superior à que é causada pelo residente nos países pobres. Por outro lado ainda, os grandes centros industriais, indispensáveis ao desenvolvimento económico do «terceiro mundo», desenvolvimento que, por sua vez, constitui a única via eficaz para, a prazo, estabilizar o crescimento das suas populações, esses centros industriais são altamente poluentes, sobretudo os baseados em indústrias de baixa tecnologia, as quais são, justamente, as mais adequadas às capacidades tecnológicas e financeiras daqueles países.

Ideias como as do dever universal de respeitar os direitos humanos e os da minorias, da importância da cooperação internacional e da solidariedade social, da bondade do demoliberalismo (proposta sociopolítica considerada vencedora do socialismo marxista no decurso da «guerra fria») consolidam a sua predominância nos meios intelectuais e nos «mass media», mas os princípios da não ingerência nos assuntos internos de cada Estado, e da inalterabilidade das fronteiras sem ser por acordo pacífico das partes, verdadeiros pilares dos conceitos tradicionais de independência e soberania, e da estabilidade nas relações internacionais, começam, o primeiro, a ser entendido como podendo ser posto em causa por razões humanitárias ou mesmo para protecção dos direitos de minorias em casos de grande gravidade, e o segundo, a ser violado pela utilização da violência armada com posterior aceitação dos factos consumados pela comunidade internacional, arriscando-se assim a reabertura de um sem número de conflitos sobre o traçado das fronteiras, em todo o Mundo, muitos deles extremamente perigosos.

A configuração dos Poderes a nível global mantém a complexidade a que fizemos referência no período anterior, na medida em que continua a distinguir-se a situação em termos político-estratégicos da em termos político-económicos, mantendo-se nesta a competição entre os mesmos três grandes pólos económicos que tínhamos referido, mas transformando-se a bipolaridade

político-estratégica em unipolaridade. Ao contrário porém do que teria acontecido em qualquer outro momento da História, esta unipolaridade político-estratégica não tende, pelo menos por enquanto, para a hegemonia mundial, devido precisamente à multipolaridade económica que as ideias prevaletentes nas opiniões públicas, os regimes demo-pluralistas, a autoridade «legitimante» da O.N.U. e a dissuasão nuclear, permitem conviva com, e equilibre a, unipolaridade político-estratégica.

De tudo isto parece poder-se concluir estarmos a viver um momento histórico marcado profundamente por um crescimento exponencial quer das interdependências (em muitos casos já inter penetrações), quer da necessidade da cooperação internacional. Esta necessidade da cooperação internacional, por sua vez, relaciona-se não só com aquele crescimento das interdependências como também com a natureza dos grandes «novos» problemas internacionais, ecológicos, do desenvolvimento económico, da contenção das pressões demográficas, da proliferação de armas de destruição maciça, do terrorismo, droga e crime organizado, todos eles impondo acção internacional concertada para adequado controle. Necessita, porém, para vir a ser adequadamente satisfeita, de progressiva alteração das mentalidades, a qual, lentamente, se tem vindo a verificar, e que, de algum modo, se indicia nas ideias prevaletentes que apontámos para cada um destes períodos que temos esquematizado.

Tanto as interdependências crescentes como a preferência pela cooperação potencializam a tendência, iniciada após a segunda guerra mundial, para a organização de coligações de Estados em vastos espaços regionais, o que tem conduzido ao aparecimento de novas organizações e ao aprofundamento e alargamento de outras. Verifica-se, porém, que os vectores sócio-culturais surgem com maior frequência a desempenhar papel de relevo, para além das tradicionais razões de Segurança e de vantagens económicas, na emergência, na estruturação, e no funcionamento, dessas organizações. As ideias de La Blache, de V.Vives, e de muitos outros geopolíticos, sobre a importância e o papel das entidades culturais, as preocupações de muitos políticos e analistas das relações internacionais quanto ao aumento de influência dos aspectos culturais, através de fundamentalismos e nacionalismos, no incremento da conflitualidade violenta a nível global, chegando a falar-se em guerras de civilizações⁽³⁶⁾, adequam-se a, ou inserem-se nesta, acrescida importância dos vectores culturais nas dinâmicas do Sistema mundial. Essa acrescida importân-

(³⁶) Recorde-se a este respeito o bem conhecido artigo de Huntington «The clash of civilizations» publicado no *Foreign Affairs*, 72/3 (Summer 1993), pag. 22 a 49.

cia está estreita e inevitavelmente ligada ao crescimento exponencial de todas as formas de comunicação entre os povos, crescimento esse que está no cerne da avassaladora proliferação das interdependências, e que, ao ameaçar provocar o progressivo apagamento das diferenças culturais em favor de uma cultura universal massificada, desperta e intensifica todas as formas de afirmação das culturas próprias e de rejeição das alheias.

Enquanto que a interdependência e a tendência para a cooperação impulsionam, directamente, a tendência para a organização de grandes espaços regionais, mesmo até para o esboço de estruturas supra-nacionais, pelo contrário os particularismos culturais, os fundamentalismos religiosos, e as erupções nacionalistas, actuam em sentido oposto, gerando-se assim uma dialéctica que nos parece virá a ser a principal responsável pela configuração de uma futura nova «ordem mundial». Dessa dialéctica tanto poderá resultar o progressivo desfazer das organizações já existentes, regressando-se a situações do Sistema Internacional mais dominadas pelas rivalidades entre os Estados, soberanos e independentes, de certo modo análogas à prevalecente até à segunda guerra mundial, com uma O.N.U. reduzida ao papel da Sociedade das Nações, ou simplesmente desaparecida, como dela poderá resultar, no extremo oposto do leque das possibilidades, uma expansão e consolidação da organização dos grandes espaços, até estes assumirem alguns Poderes supranacionais e englobarem todos os Estados, substituindo-se-lhes como principais protagonistas do Sistema.

Nesta hipótese, porém, a dialéctica com as fortes pressões nacionalistas e religiosas deveria conduzir não só ao privilegiar de vectores culturais na estruturação daquelas organizações, como a uma relativamente grande descentralização política destas, através da prevalência de regimes políticos demo pluralistas nos Estados membros, da institucionalização de formas eficazes para garantir o respeito e a protecção dos direitos humanos e dos direitos das minorias, da concessão de autonomias regionais, de estrita aplicação do princípio da subsidiariedade na transferência de competências e poderes. Deste modo, as organizações supranacionais poderiam funcionar como grandes quadros político-económicos, suficientemente flexíveis, no interior dos quais a pressão dos Estados sobre as suas minorias poderia ser aliviada, deixando a estas maiores possibilidades para o exercício de suficiente autonomia tanto administrativa como económica, assim como para livre expressão das suas especificidades culturais, e, por outro lado, estas poderiam encontrar estabilidade e viabilidade que, de outro modo, a reduzida dimensão de muitas dessas minorias e a sua frequente inter-penetração territorial dificil-

mente possibilitaria.

Neste Mundo muito complexo, em rápida transformação, a perspectiva geopolítica poderá ser mais útil do que nunca, apontando afinidades, denunciando obstáculos, esclarecendo condicionantes, detectando potencialidades e vulnerabilidades, sugerindo configurações. O paradigma mais adequado para os respectivos modelos de análise, pelo menos enquanto a Rússia não emergir de novo no papel de grande «perturbador continental» para o qual, no entanto, as suas «extensão» e «posição» geográficas a empurram, continuará a ser, tal como terá sido durante as décadas de setenta e oitenta, o dos «grandes espaços». Mas enquanto que durante aquelas duas décadas se trataria sobretudo desse paradigma estruturado segundo a prevalência dos vectores político-económicos, as condições actuais atrás descritas parecem aconselhar preferir-se agora optar pela sua versão estruturada segundo a prevalência dos vectores sócio-culturais. As iniludíveis necessidades de «mudança de mentalidades» para adaptação às novas condições sociais e para encontrar as respostas adequadas que os novos desafios exigem, a crescente importância das motivações culturais na génese dos conflitos violentos, o constante alargamento das esferas de cooperação internacional e a evidencia de que esta se estabelece mais fácil e mais solidariamente quando se partilham significados e valores, tudo parece concorrer para que, neste virar do milénio, assim seja.

Raúl François Martins